

Especulação financeira e impactos socioambientais do agronegócio no Cerrado da Bahia



REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Especulação financeira e impactos socioambientais do agronegócio no Cerrado da Bahia

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Mapas, Imagens de satélite e Geoanálise: AidEnvironment

Fotos: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Apoio: Comissão Pastoral da Terra (Bahia) e Friends of the Earth

Agradecemos às pessoas entrevistadas que foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Novembro de 2025



1. Apresentação	4
2. Financeirização e produção de <i>commodities</i> no Brasil	5
2.1 A empresa Imobiliária Radar no Oeste da Bahia	8
2.2. A empresa SLC no Oeste da Bahia	11
3. A relação Radar e SLC: casos de Formosa do Rio Preto e Correntina ..	14
3.1. Formosa do Rio Preto	14
3.2. Correntina	17
4. Empresas de Comercialização	24
5. Impactos do agronegócio	28
6. Conclusão	36



1. Apresentação

O Cerrado do Oeste baiano é uma área tradicionalmente habitada por comunidades rurais, que passou a ser alvo de grilagens a partir da década de 1960 sob esquemas viabilizados pelo estado da Bahia. Nas últimas décadas, empresas do agronegócio passaram a se instalar nas chapadas da região, causando desmatamento e grilagem de terras de comunidades locais.

Atualmente, empresas nacionais e transnacionais do agronegócio, empresas financeiras e imobiliárias agrícolas estão instaladas no Cerrado do Oeste baiano, incluindo três das maiores empresas de comercialização de commodities: Bunge, Cargill e ADM. Esta área está inserida na região de expansão da soja chamada MATOPIBA¹.

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos tem publicado uma série de relatórios² sobre os negócios de empresas imobiliárias agrícolas transnacionais e seus impactos na região do MATOPIBA. Uma das primeiras empresas desse tipo que passou a atuar com especulação de terras no meio rural no Brasil foi a Radar³. Esta empresa foi constituída a partir da fusão entre a Cosan e o fundo de pensão estadunidense TIAA (Teachers Insurance

Annuity Association). Este relatório analisa a presença da Radar no Cerrado do Oeste baiano e também da empresa SLC, uma das principais parceiras de negócios da Radar na região.

Na Bahia, a pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Formosa do Rio Preto e Correntina. O foco da pesquisa foi a operação das empresas SLC Agrícola, SLC LandCo e SLC-MIT, e suas parcerias com a Radar, Bunge, Cargill, ADM, Mitsui & Co e AZL Grãos (uma joint venture entre Amaggi, Louis Dreyfus Company/LDC e o grupo japonês Zen-Noh Grain).

Esta região tem sido fortemente impactada pela expansão do monocultivo de soja e milho. Mais recentemente, a região também tem sido foco da expansão da produção de algodão. Atualmente o Brasil é o segundo maior exportador de algodão do mundo. A Bahia é o segundo maior produtor nacional da herbácea e Correntina é o maior produtor do estado.

A área de monocultivo de soja e a rápida expansão do cultivo algodoeiro nos municípios de Formosa do Rio Preto e Correntina estão refletidas nos dados de área ocupada, nas tabelas abaixo:

Tabela 1

Área (ha) destinada à produção de soja em Correntina e Formosa do Rio Preto - 2004 e 2022		
Município	2004	2022
Correntina	98.325	193.100
Formosa do Rio Preto	95.266	427.500
Fonte: IBGE Produção Agrícola		

Tabela 2

Área (ha) destinada à produção de algodão em Correntina e Formosa do Rio Preto - 2004 e 2022		
Município	2004	2022
Correntina	9.867	36.900
Formosa do Rio Preto	11.770	44.518
Fonte: IBGE Produção Agrícola		

¹ Acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, lócus da expansão da soja na fronteira agrícola dos Cerrados no sentido do Nordeste brasileiro.

² <https://www.social.org.br/revistas/revistas-portugues>

³ Neste relatório chamaremos todas as subsidiárias da sociedade entre Cosan e Mansilla-TIAA de Radar, que além de ser o nome de uma das subsidiárias, é também o nome do segmento entre Cosan e Mansilla (TIAA) para a negociação de terras agrícolas.

Para entendermos o entrelaçamento entre estas empresas, observamos neste relatório o papel delas no financiamento, produção e comercialização de commodities. Além disso, apontamos como os impactos sociais e ambientais causados

por estas empresas estão relacionados com mecanismos de atuação no mercado de commodities, principalmente em seu atual momento de financeirização.

MAPA 1: Localização MATOPIBA e Oeste da Bahia no Cerrado/Brasil

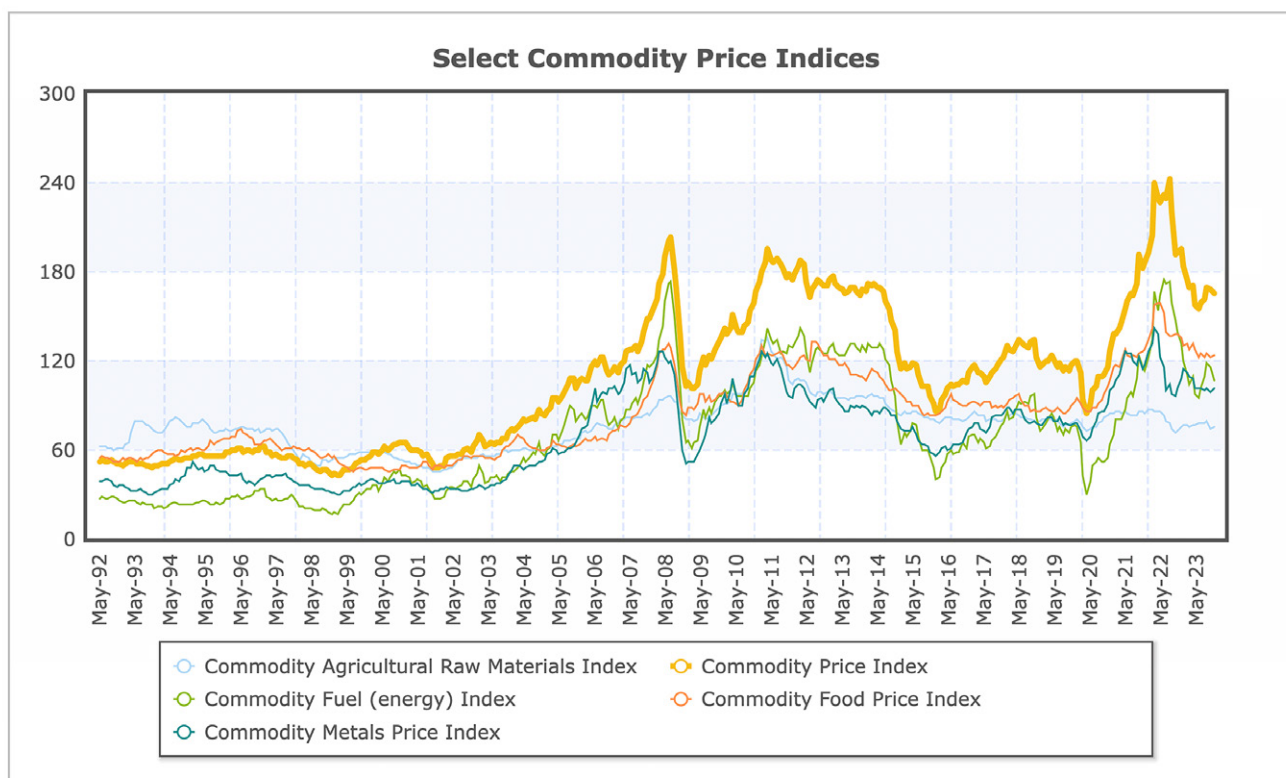


2. Financeirização e produção de commodities no Brasil

Os preços das commodities internacionais são financeirizados e definidores da expansão territorial do agronegócio no Brasil. Estes preços estão relacionados à atuação de empresas

do setor e seus impactos sociais e ambientais. A seguir apresentamos a oscilação desses preços nos últimos 30 anos.

Gráfico 1: Índice de Preços de Commodities, Maio de 1992 a Maio de 2023



Fonte: Index Mundi. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/commodities/>. Acesso em 07/03/2024.

O Gráfico 1 fornece uma base para descrevermos a vinculação das empresas do agronegócio com a acumulação e com as crises do capital, incluindo a relação dessas empresas com os impactos sociais e ambientais gerados por seus negócios.

Um dos elementos centrais nesta análise é que os preços das commodities são definidos pelos mercados futuros. Estes mercados funcionam como derivativos financeiros e negociam preços para o futuro, sem a entrega física das mercadorias. Estas expectativas de preços servem de base para que as empresas possam adquirir dívidas e também influenciam os preços presentes das commodities. O gráfico acima apresenta os preços já consolidados.

Até aproximadamente 2011/2012, quando os preços no mercado internacional de commodities em geral passaram a cair drasticamente, diversas empresas se endividaram em dólar prometendo produzir e entregar mercadorias agrícolas para tentar pagar suas dívidas. Assim, essas empresas passaram a adquirir novas e maiores dívidas, continuando tal processo enquanto fosse possível

manter este sistema em funcionamento. A tendência de alta de preços, que atingiu picos em 2008 e 2011, representou uma bolha financeira que influenciou o aumento da produção de commodities agrícolas. Nesse contexto, as empresas do agronegócio alimentaram tal expansão com aquisição de dívidas para aproveitar o chamado *boom* das commodities.

Devido à sua financeirização, os preços atingiram altos e inéditos montantes naqueles anos, influenciando a expansão da produção de commodities agrícolas com aumento da mecanização e da área plantada. A partir da safra de 2011/2012, quando os preços passaram a cair, as empresas do agronegócio buscavam continuar sua expansão para tentar saldar dívidas, mas em piores condições de mercado. Desta forma, a expansão se deu prioritariamente em áreas da chamada “fronteira agrícola”. Este processo mostra que, tanto em momentos de crise quanto em momentos de acumulação financeirizada, como no contexto de bolhas financeiras, o agronegócio busca expandir seu controle territorial.

Foi justamente após a crise econômica mundial de 2008 que as imobiliárias agrícolas transnacionais foram constituídas no Brasil. Estas empresas estimularam a demanda por terras agrícolas, mesmo com a queda dos preços das commodities.

Outro elemento neste processo foi a utilização da terra como ativo financeiro. Ou seja, a demanda por terra influencia o aumento dos preços e realimenta este tipo de negócio especulativo. Dessa forma, empresas financeiras passaram a comprar terras “baratas” e fazendas recém formadas, a partir de desmatamentos e frequentemente de grilagem. A expectativa dessas empresas é o aumento do preço das terras e sua negociação, principalmente em áreas de fronteira do Cerrado, como é o caso do MATOPIBA e, particularmente, do Oeste da Bahia.

A partir de então, o Brasil passou a apresentar subida do preço da terra apesar da queda do preço das commodities, um fenômeno que se distanciava dos chamados “fundamentos econômicos”, já que o preço da terra em tese corresponde à renda da terra capitalizada.

Expansão da destruição no Matopiba

A região do MATOPIBA, por ser considerada uma área de “fronteira” agrícola, passou a ser alvo da expansão da produção de commodities e de assédio pela terra como ativo financeiro. A região possui importantes áreas de Cerrado nativo e de comunidades tradicionais, que têm sido ameaçadas pela presença de empresas do agronegócio e imobiliárias agrícolas transnacionais. A pesquisa demonstrou que essas empresas se beneficiam com a prática de grilagem de terras e desmatamento para

expandir monocultivos de commodities⁴. No Oeste da Bahia, as empresas Radar, SLC LandCo; SLC Agrícola, Mitsui & Co, BrasilAgro, Grupo Granflor/Caracol; ADM, Bunge, Cargill, LDC (Grupo ABCD) são beneficiárias de um processo social destrutivo que implica em graves consequências socioambientais.

Após 2021, o preço das commodities voltou a subir nos mercados internacionais. A alta ocorreu primeiro nos mercados de preços futuros e influenciou os mercados presentes em um contexto de inflação mundial. Este processo foi promovido por capitais financeiros internacionais no período de abertura da economia mundial, ainda durante a pandemia de COVID-19. A tendência inflacionária se baseou na aposta de aumento da demanda econômica mundial, mesmo antes da abertura das economias⁵.

Este processo especulativo impulsionou a aquisição de dívidas e o aumento da produção por empresas produtoras de commodities, com expansão territorial e tendência de alta dos preços das terras agrícolas no país, especialmente em áreas de fronteira agrícola⁶. No caso do Oeste da Bahia, as empresas do agronegócio ameaçam áreas protegidas, pois a expansão dos monocultivos de commodities causa desmatamento.

Em 2023, os preços das commodities voltaram a cair nos mercados internacionais em relação ao pico de 2022. Esta tendência ocorreu após o aumento das taxas de juros por bancos centrais de vários países, o que gerou diminuição de disponibilidade de crédito nos mercados financeiros, inclusive para empresas do agronegócio que tentam refinar suas dívidas. Mesmo no contexto de diminuição dos preços das commodities, as empresas do agronegócio buscam expandir seus monocultivos e seu controle territorial, ampliando seus negócios no mercado de terras⁷.

⁴ Ver: AATR. “No rastro da grilagem. Formas jurídicas da grilagem contemporânea: Casos típicos de falsificação na Bahia”, 2017, sobre casos de grilagem no estado da Bahia. Esta pesquisa realizada pela AATR nunca foi contestada.

⁵ Ver PITTA, Fábio & SILVA, Allan. “A pandemia na crise fundamental do capital: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social na particularidade do Brasil sob administração de Bolsonaro”. *Revista Zero à Esquerda*, número 0, 2022.

⁶ Ver Globo Rural, “Como deve ser o próximo ciclo de preços das terras agrícolas no país”, de 31 de julho de 2023. Disponível em: <https://globorural.globo.com/agricultura/noticia/2023/07/ciclo-precos-terras-agricolas-pais.ghtml>

⁷ Ver The Agribiz, “Oportunidade na crise SLC sinaliza expansão de área”, de 07/03/2024. Disponível em: <https://www.theagribiz.com/empresas/oportunidade-na-crise-slc-sinaliza-expansao-de-area/>

2.1. A Empresa Imobiliária Radar no Oeste da Bahia

Uma recente investigação jornalística realizada em parceria pela Agência Pública e a OCCRP (Organized Crime and Corruption Reporting Project, organização de jornalismo investigativo especializada em crime organizado e corrupção)⁸ mostrou como a Cosan S.A. e o fundo de pensão TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association of America) abriram diversas empresas de propriedade conjunta para atuar no mercado de terras agrícolas no Brasil. A estratégia de montar uma complexa estrutura de subsidiárias beneficiou essas empresas em corte de tributos e brechas nas leis que limitam a compra de terras por estrangeiros. Uma dessas empresas é a Radar, que inaugurou este tipo de negócio com terras em 2008, como veículo do fundo TIAA no Brasil a partir de uma sociedade entre Cosan e Mansilla. Outras subsidiárias ou veículos derivados da sociedade entre Cosan e Mansilla (TIAA) são as empresas Janus, Tellus, Tellus Bahia, Araucária e Aroeira.

A investigação mostra que essas empresas ignoraram uma série de alertas ao comprar fazendas no Brasil, negociando terras inclusive com pessoas que respondiam processos com acusações de grilagem. Parte importante das terras adquiridas pelo grupo se encontra no MATOPIBA. No Oeste da Bahia, dados do Sigef e SNCR mostram que cinco empresas subsidiárias do grupo Radar possuem no total aproximadamente 40.000 hectares⁹ de terras nos municípios

de Formosa do Rio Preto (que se estende ao município adjacente, Corrente, no Piauí), Correntina, São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Além das terras em Formosa do Rio Preto e Correntina, que serão abordadas neste relatório, a Radar possui outras fazendas no Oeste da Bahia: uma fazenda no município de Cocos (Fazenda Santa Luzia dos Olhos D'Água), comprada da família Marinho, da Rede Globo, e sobreposta ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas; a fazenda Hertz, em São Desidério, cuja reserva legal foi averbada no município de Barra, a mais de 350 quilômetros de distância da fazenda sede; a fazenda Rio de Janeiro¹⁰, em Barreiras, onde a organização AidEnvironment constatou um desmatamento de mais de 1.200 hectares de 2012 a 2023. Há ainda uma grande parcela da fazenda Bananal, localizada no município de Luís Eduardo Magalhães, onde cerca de 11.500 hectares foram desmatados desde 2012 (conforme monitoramento da AidEnvironment), período em que foi adquirida pela Radar (Aroeira Propriedades Agrícolas LTDA). A fazenda está atualmente certificada no Sigef em nome do grupo empresarial da família Schmidt. Devido à falta de transparência envolvendo esses negócios imobiliários e à complexa estrutura societária do grupo — que inclui dezenas de subsidiárias¹¹ — não é possível ter certeza sobre todos os imóveis que estão, de fato, sob seu controle na região. Além disso, os dados disponíveis no SNCR, no SIGEF e no Mapa de Transparência da Nuveen apresentam divergências entre si, o que dificulta ainda mais a verificação da real extensão e titularidade das propriedades.

⁸ Agência Pública. “Cosan e fundo dos EUA compraram terras de acusados de grilagem”. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/cosan-e-fundo-de-pensao-dos-eua-compraram-terras-de-acusados-de-grilagem-no-brasil/>. Acesso em 25/01/2024. Ver também o seguinte relatório da Chain Reaction Research, “Fundo de Investimento em Terras Agrícolas da TIAA Associado a Fogo, Conflitos e Legados de Desmatamento no Brasil”. Disponível em: https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/01/TIAA_Jan2020_Portuguese.pdf.pdf

⁹ Este montante inclui 6.300 hectares pertencentes à Araucária Propriedades Agrícolas (grupo Radar), localizados no município de Corrente, no Piauí. Trata-se de uma parte da Fazenda Parceiro, operada pela SLC Agrícola, cuja maior extensão encontra-se no município de Formosa do Rio Preto, na Bahia, estendendo-se pela mesma chapada até Corrente. A sede e o acesso à fazenda estão situados na Bahia, razão pela qual a SLC divulga a fazenda como localizada em Formosa do Rio Preto. Foram excluídos deste montante 15.000 hectares da Fazenda Bananal, vendidas recentemente ao grupo empresarial da família Schmidt. Está incluída neste montante a Fazenda Grão de Ouro, que, embora o relatório aos acionistas da Cosan de 2025 alegue ter sido vendida, até abril de 2025 ainda constava no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) - uma das bases de dados utilizadas para este levantamento.

¹⁰ A fazenda Bananal, em Luís Eduardo Magalhães, foi adquirida pela Radar (Aroeira Propriedades Agrícolas LTDA) da Agrifirma - que por sua vez comprou da Sertaneja Empresa Agropastoril. Já a fazenda Rio de Janeiro, da empresa subsidiária Q045 Negócios Imobiliários/Janus (SNCR 9060850149823), é um desmembramento da fazenda Bananal. Essa parcela foi vendida pela Sertaneja Empresa Agropastoril para a empresa Rio de Janeiro, de José Volter Laurindo de Castilhos. A Adecoagro comprou deste último, e vendeu para a Janus. Ver Nuveen, “Transparência das terras agrícolas: mapa interativo e políticas”. Disponível em: <https://www.nuveen.com/global/investment-capabilities/real-assets/farmland/map###>. Acesso em 14/03/2024. José Volter Laurindo de Castilhos e família são sócios da empresa Agropecuária Tapera Ltda., que vendeu as fazendas Grão de Ouro e Colorado para a Radar (Tellus Bahia) e, assim como a Radar/Tellus Bahia, possui um imóvel em sobreposição com o Fecho de pasto da Vereda da Felicidade, como veremos adiante.

¹¹ Ver “Annual Statement of TIAA-CREF 2021”: <https://www.tiaa.org/public/pdf/t/tiaa-cref-life-annual-statement-2021.pdf>. Acesso em 08/02/2024.

Tabela 3

Terras do TIAA na Bahia, consulta ao Sigef e SNCR março 2025			
Nome imóvel	Área	Detentor	Município
Fazenda Águas Claras Lote 05.03A [United]	1.193	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Águas Claras Lote 05.05A [United]	205	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Águas Claras Lote 05.05B [United]	201	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Lote 05.02 [United]	485	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Lote 05.02A [United]	491	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Reserva Lote nº 05.02 e 05.02A [United]	243	Tellus Bahia	Formosa do Rio Preto/BA
Grão de Ouro	6.883	Tellus Bahia	Correntina/BA
Fazenda Colorado	667	Tellus Bahia	Correntina/BA
Fazenda Rio de Janeiro	10.089	Q045/Janus	Barreiras/BA
Fazenda Mariana II	3.592	Radar	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Mariana III	3.565	Radar	Formosa do Rio Preto/BA
Fazenda Hertz I e II	3.000	Araucária	São Desidério/BA
Fazenda Hertz III	999	Araucária	São Desidério/BA
Fazenda Hertz IV	505	Araucária	São Desidério/BA
Fazenda Hertz III – Reserva	250	Araucária	São Desidério/BA
Fazenda Hertz IV – Reserva	133	Araucária	São Desidério/BA
Fazenda Parceiro Lote 02B	2.813	Araucária	Corrente/PI (limite com Formosa do Rio Preto/BA, parte da fazenda SLC Parceiro)
Fazenda Parceiro Lote 03A - Gleba 01	2.211	Araucária	Corrente/PI (limite com Formosa do Rio Preto/BA, parte da fazenda SLC Parceiro)
Fazenda Parceiro Lote 03A - Gleba 02	467	Araucária	Corrente/PI (limite com Formosa do Rio Preto/BA, parte da fazenda SLC Parceiro)
Fazenda Parceiro - Lote 03B	879	Araucária	Corrente/PI (limite com Formosa do Rio Preto/BA, parte da fazenda SLC Parceiro)
Fazenda Santa Luzia dos Olhos D'Água - Parte 4	751	Araucária	Cocos/BA
Fazenda Bananal I - Área Remanescente e Outra - Área 01	479	Aroeira	Luis Eduardo Magalhães/BA
TOTAL	40.101		
Fonte: SNCR e Sigef março de 2025			

As informações sobre o Oeste da Bahia foram coletadas como uma continuação de pesquisas anteriores da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos sobre a Radar¹². Tanto no Maranhão quanto no Piauí, a Radar adquiriu fazendas de um grupo acusado de grilagem de vastas extensões de terras nos dois estados. No município de Santa Filomena, no Piauí, este grupo responde a um processo de grilagem relacionado a 124 mil hectares de terras¹³, envolvendo diversas áreas na mesma região da Fazenda Ludmila/Laranjeiras adquiridas deste grupo pela Radar¹⁴. No Maranhão, áreas controladas pela Radar também foram compradas da SLC Agrícola, com a qual a Radar também mantém negócios na Bahia e que negociou terras com o mesmo grupo acusado de grilagem no Piauí¹⁵.

As transações da Radar têm como base a terra como ativo financeiro. Isso significa comprar uma área relativamente barata, arrendá-la com a expectativa de aumento do preço e vendê-la com lucro. A chamada “fronteira agrícola” tem sido alvo deste tipo de operação, sendo que muitas fazendas foram constituídas recentemente a partir de um processo de grilagem e de desmatamento. Enquanto esperam pela subida do preço da terra, imobiliárias rurais como a Radar arrendam terras para empresas do agronegócio como a SLC, principalmente para expandir monocultivos de soja.

Desde o final de 2023, empresas do agronegócio parecem desenhar a estratégia de expansão e aquisição de novas fazendas, mesmo em um momento de relativa baixa nos preços da terra no Brasil. Como estratégia para manter o preço de suas fazendas em patamares elevados, a Radar passou por processos de compra e venda entre suas subsidiárias. Em 2016, o fundo TIAA, por meio da Mansilla, adquiriu boa parte da Radar. A outra sócia,

Cosan, manteve apenas 3% do negócio. Entre 2021 e 2022, a Cosan voltou a adquirir parte da Radar, da Tellus e da Janus. Esta negociação possivelmente ocorreu como estratégia da Radar diante da investigação do INCRA sobre negócios envolvendo aquisição de terras por empresas estrangeiras. O parecer inicial do órgão de regularização fundiária apontou as empresas sócias da Radar como possíveis infratoras das leis que limitam tal aquisição, além de constatar que as terras negociadas poderiam ter sido griladas¹⁶.

Em janeiro de 2024, Cosan e TIAA expandiram sua sociedade com a criação de uma nova empresa, a Radar Gestão de Investimentos S/A, com o nome fantasia de Radar Gestora. Esta empresa passou a incorporar todas as terras da Radar e de suas subsidiárias no Brasil, incluindo áreas de produção de eucalipto controladas por TIAA no Brasil e em outros países na América Latina.

Reportagem da OCCRP¹⁷ sobre as terras da Radar no Brasil mostra que, além das áreas adquiridas a partir de 2008 no MATOPIBA, a empresa passou a controlar inúmeras fazendas do Grupo Cosan para produção de cana-de-açúcar no Centro-sul do país e áreas de produção de eucalipto em outros estados. Segundo documento do CADE¹⁸ sobre a criação da Radar Gestão de Investimentos S/A, a empresa Nuveen Latin America, que é subsidiária do fundo TIAA, administra atualmente as terras da Radar. Esta informação deveria ser investigada diante da legislação que regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil.

A Radar possuía mais de 315 mil hectares de terras e mais de mil unidades produtoras¹⁹, conglomeradas em cerca de 90 fazendas. A partir da criação da Radar Gestora, a Nuveen incorporou

¹² Ver relatórios anteriores: <https://www.social.org.br/revistas/revistas-portugues>

¹³ Ação Anulatória de Ato Jurídico nº.0000759-98.2016.8.18.0042 (Ministério Público Estadual X Euclides de Carli e outros).

¹⁴ Ver OCCRP, “Ignoring warning signs, US retirement manager TIAA bought farms from alleged land grabbers with Brazilian sugar giant”, de 01/05/2023. Disponível em: <https://www.occrp.org/en/investigations/ignoring-warnings-signs-us-retirement-manager-tiaa-bought-farms-from-alleged-land-grabbers-with-brazilian-sugar-giant>

¹⁵ Verificar investigação do INCRA sobre a Tellus Brasil Participações S/A, subsidiária da Radar, que comprovam estas afirmações: “Processo nº SEI 54000.000473/2016-10”.

¹⁶ Para mais informações sobre a Radar, ver relatórios em português e inglês: <https://social.org.br/revistas/revistas-portugues> / <https://social.org.br/revistas/revistas-ingles>.

¹⁷ Ver OCCRP, “Ignoring warning signs, US retirement manager TIAA bought farms from alleged land grabbers with Brazilian sugar giant”, de 01/05/2023. Disponível em: <https://www.occrp.org/en/investigations/ignoring-warnings-signs-us-retirement-manager-tiaa-bought-farms-from-alleged-land-grabbers-with-brazilian-sugar-giant>. Acesso em 01/05/ 2024.

¹⁸ CADE. “Anexo 2 - Notificação do Ato de Concentração de Cosan e Nuveen ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)”, de 19/12/2023, do “Parecer Nº 3/2024/CGAA5/SGA1/SG”, Processo número 08700.009130/2023-27.

¹⁹ Ver OCCRP, “Ignoring warning signs, US retirement manager TIAA bought farms from alleged land grabbers with Brazilian sugar giant”, de 01/05/2023. Disponível em: <https://www.occrp.org/en/investigations/ignoring-warnings-signs-us-retirement-manager-tiaa-bought-farms-from-alleged-land-grabbers-with-brazilian-sugar-giant>. Acesso em 01/05/ 2024.

cerca de 170 mil hectares de produção de eucalipto administrados por TIAA no Brasil (principalmente no Mato Grosso do Sul), Chile, Uruguai, Colômbia e Panamá, totalizando cerca de 500 mil hectares de terras na América Latina sob controle da nova empresa. A Radar Gestora está avaliada em 18 bilhões de reais, com gestão conjunta de Cosan e TIAA (por meio da Nuveen Latin America), cada uma com participação de 50%.

O montante de terras controlado pela Radar Gestora é significativo em relação ao papel da empresa no mercado de terras e à expansão nos negócios fundiários no Brasil e na América Latina. Essa expansão ocorre principalmente nas chamadas “fronteiras agrícolas”, regiões onde o avanço das fazendas é estruturalmente marcado pela grilagem de terras, pela destruição ambiental e pela expulsão de comunidades rurais de seus territórios, como ocorre no Oeste da Bahia.

2.2. A empresa SLC no Oeste da Bahia

Uma das principais empresas do agronegócio no Oeste da Bahia é a SLC Agrícola. Fundada em 1977, a SLC produz grãos e algodão e foi uma das primeiras empresas do agronegócio a ter ações negociadas em bolsa de valores (B3), quando realizou sua oferta pública inicial (IPO) em 2007²⁰. A reportagem da Agência Pública “O caso da SLC Agrícola, que tem o FMI como acionista”²¹ mostra uma teia de bilionários estrangeiros, ban-

cos acusados de financiar projetos destrutivos na Amazônia, fundos de aposentadoria e de pensão estadunidenses, e até mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) como acionista da SLC.

Nos últimos anos, a SLC tem expandido seus negócios com base na estratégia “asset light” (de ativos líquidos), que busca “monetizar seus ativos e manter as operações”. Em 2023, 66,2% da área plantada pela empresa era constituída por arrendamentos e parcerias (*joint ventures*), enquanto 33,8% era de terras próprias²². Essa estratégia inclui a venda de terras no contexto de aumento dos preços. Isso não significou, contudo, redução de sua produção e de área sob seu controle, pelo contrário.

Em 2012 a SLC Agrícola criou a SLC LandCo, uma sociedade com o fundo inglês Valiance Asset Management²³, “com a estratégia de monetizar parte do ganho imobiliário” e “levantar capital para dar seguimento ao processo de aquisição de terras com alto potencial de valorização”. As terras adquiridas e preparadas pela SLC LandCo são arrendadas e operadas pela SLC Agrícola²⁴. Outra *joint venture* da SLC Agrícola é a chamada Fazenda Pioneira.

A empresa se tornou a maior produtora de commodities agrícolas do país desde que adquiriu as operações da Agrícola Xingu S.A. na joint venture SLC - MIT, em sociedade com a Mitsui & Co, um dos maiores grupos empresariais do Japão. Desde 2021²⁵, a empresa controla cerca de 39 mil hectares nos municípios de Correntina, São Desidério (BA) e Unaí (MG)²⁶. A SLC também atua através da Terra Santa Agro S.A, com fa-

²⁰ Ver SLC Agrícola, “Relatório Integrado SLC 2019”. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/ri2019/>.

Agência Pública, “O caso da SLC Agrícola, que tem o FMI como acionista”. Disponível em: <https://apublica.org/2021/12/o-caso-da-slc-agricola-que-tem-o-fmi-como-acionista/>. Acesso em 25/02/2024.

²¹ Ver SLC Agrícola, Relatório Integrado 2022; SLC Agrícola, Divulgação dos resultados 3T23. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/ri2022/>. Acesso em 11/01/2024.

²² Ver SLC Agrícola, Relatório Integrado 2022; SLC Agrícola, Divulgação dos resultados 3T23. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/ri2022/>. Acesso em 11/01/2024

²³ “A LandCo é uma operação criada pela SLC Agrícola com a estratégia de monetizar parte do ganho imobiliário obtido ao longo de 30 anos de aquisição de terras no Cerrado, visando também levantar capital para dar seguimento ao processo de aquisição de terras com alto potencial de valorização. Em linhas gerais do negócio, a SLC LandCo é responsável pelo desembolso relativo a: aquisição de terras, abertura e limpeza de áreas, aplicação de corretivos [...] e construção da infraestrutura. [...] Para a formação da empresa, a SLC Agrícola contribuiu com terras e [o fundo de private equity inglês] Valiance, com capital. O capital aportado foi usado para adquirir mais terras. A SLC Agrícola arrenda e opera as terras da SLC LandCo à medida que essas se encontrem prontas para o plantio”. Atualmente, a SLC Agrícola possui 81,2% da SLC LandCo, e o Valiance 18,8%. Ver mais em: SLC Agrícola – joint ventures, disponível em <https://www.slccagricola.com.br/>. Acesso em 19/03/2023. Atualmente a SLC Agrícola possui 81,23% da LandCo, e o fundo inglês Valiance, 18,77%. Em SLC Agrícola, “Relatório de Administração SLC 2022”. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/ra2022/>. Acesso em: 27/03/2024.

²⁴ Ver SLC Agrícola, Relatório Integrado 2022; SLC Agrícola, Divulgação dos resultados 3T23.

²⁵ Atualmente, 50,1% da SLC-MIT pertence à SLC Agrícola, e 49,9% à Mitsui & Co.

²⁶ Ver SLC Agrícola. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/quem-somos/>. Acesso em 11/01/2024.

zendas no Mato Grosso. No total, a SLC controla cerca de 670.000 hectares de terra no Brasil, com aumento recente de sua área em 45%. Essa área corresponde a mais do que o dobro de todas as Terras Indígenas do estado da Bahia, onde vivem 229 mil pessoas²⁷.

Como parte da estratégia “asset light”, a SLC operou negócios com a Radar no modelo “sale and lease back”, ou seja, venda e arrendamento das mesmas terras, mantendo controle sobre suas operações. As estratégias da SLC LandCo apresentam as mesmas características identificadas nos negócios da Radar. Essas empresas buscam adquirir áreas recém desmatadas na chamada “fronteira agrícola” com potencial de alta de preços e que são arrendadas para justificar a especulação no mercado de terras. Existem situações em que ambas as empresas (Radar e SLC LandCo) arrendam, lado a lado, para as operações da SLC Agrícola, como é o caso da SLC Parceiro e SLC Panorama.

No Oeste baiano, a SLC controla seis fazendas: uma em Formosa do Rio Preto (fazenda Parceiro, que se estende ao município adjacente de Corrente, no

Piauí); duas no município de Correntina (Panorama e Paysandu - esta última avançando sobre o município de São Desidério); e as demais em São Desidério (Paladino), Jaborandi (Piratini), e Barreiras (Palmares), que somam aproximadamente 178.000,00 hectares com monocultivos de soja, algodão e milho.

A Fazenda SLC Parceiro, que se estende pelos municípios adjacentes de Formosa do Rio Preto/BA e Corrente/PI, está em parte arrendada pela SLC Agrícola da Radar. A outra parte é controlada pela SLC LandCo, enquanto a maior parte é da própria SLC Agrícola. No total, a fazenda possui cerca de 38.000 hectares.

Em Correntina, a SLC opera as fazendas Panorama e Paysandu, esta última se estendendo também ao município de São Desidério. A fazenda Paysandu, com aproximadamente 34.000 hectares, é de propriedade da Mitsui & Co. (Agrícola Xingu S.A.) e tem sido operada pela SLC desde 2021. De acordo com monitoramento da AidEnvironment, quase 2.000 hectares da fazenda Paysandu foram desmatados entre 2019 e 2020, pouco antes da SLC assumir sua operação.

Imagem 1: Fazenda Paysandu - SLC, Correntina e São Desidério/BA



²⁷ Incluindo as Terras Indígenas em todas as fases do procedimento demarcatório: identificação, identificadas, declaradas, homologadas e reservadas. Ver mais em “Censo Demográfico 2022 Indígenas - Primeiros resultados do universo”, IBGE, 2023; e <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em 21/02/2024.

A Fazenda Panorama possui cerca de 24.600,00 hectares, sendo parte de propriedade da SLC LandCo, e parte arrendada da Radar (Tellus Bahia) e da Agropecuária Tapera Ltda. As fazendas da Radar e Tapera arrendadas pela SLC possuem suas Reservas Legais sobrepostas a territórios de comunidades tradicionais de Fecho de Pasto²⁸.

A fazenda Paladino, localizada em São Desidério, possui quase 22.000 hectares e faz parte da operação conjunta com a Mitsui & Co na joint venture SLC-MIT. A fazenda Piratini, em Jaborandi,

com cerca de 25.300 hectares, pertence à SLC LandCo. Em Barreiras, a fazenda Palmares possui aproximadamente 34.000,00 hectares, sendo quase metade da área da própria da SLC Agrícola, uma pequena parte da SLC LandCo e metade arrendada de outras empresas. A dinâmica de expansão da SLC é caracterizada a partir da estratégia de garantir ativos líquidos (“asset light”), porém incorporando áreas para ampliação de monocultivos. A incorporação da Mitsui & Co, na Bahia, é parte deste processo.

Tabela 4

Fazendas da SLC no Oeste da Bahia			
Nome	Município	Área aproximada (ha)	Proprietário
FAZENDA PARCEIRO	Formosa do Rio Preto (BA) / Corrente (PI)	38.000	SLC Agrícola, SLC LandCo, Radar
FAZENDA PALMARES	Barreiras (BA)	34.000	SLC Agrícola, SLC LandCo e outras
FAZENDA PAYSANDU	São Desidério e Correntina (BA)	34.000	Mitsui & Co
FAZENDA PANORAMA	Correntina (BA)	24.600	SLC LandCo, Radar, Agropecuária Tapera Ltda.
FAZENDA PIRATINI	Jaborandi (BA)	25.300	SLC LandCo
FAZENDA PALADINO	São Desidério (BA)	22.000	SLC-MIT
Fonte: Relatórios SLC, Site SLC, Sigef.			

Desde 2022 tem ocorrido uma relativa baixa nos preços de commodities, inclusive da soja, que é o principal produto da SLC. Isso gera endividamento de produtores²⁹ que arrendam terras e precisam entregar soja e conseguir bons preços, o que não está ocorrendo na safra 2023-2024. Esses produtores podem entrar em falência e ter que se desfazer de suas terras. Inclusive por isso o preço da terra vem declinando no país. Neste contexto, a SCL anunciou novo plano de expansão por meio da compra e/ou arrendamento de terras, provavelmente através da SLC LandCo³⁰.

Este tipo de negócio com terras pressupõe comprar a preços baixos e vender em alta, o que faz a terra funcionar como a ação de uma empresa na bolsa de valores. Momentos de baixa dos preços são considerados “oportunidades” de negócios por especuladores. Apesar da tendência de preços no mercado de terras, as empresas do agronegócio buscam expandir seus monocultivos, com graves impactos socioambientais. O impulso para isso vem do processo de financeirização da terra e de negócios de corporações transnacionais, que devem ser responsabilizadas pelas consequências de tais processos.

²⁸ Ver Ação Discriminatória Administrativa – nº 077.1631.2021.0001453-57 (SDA).

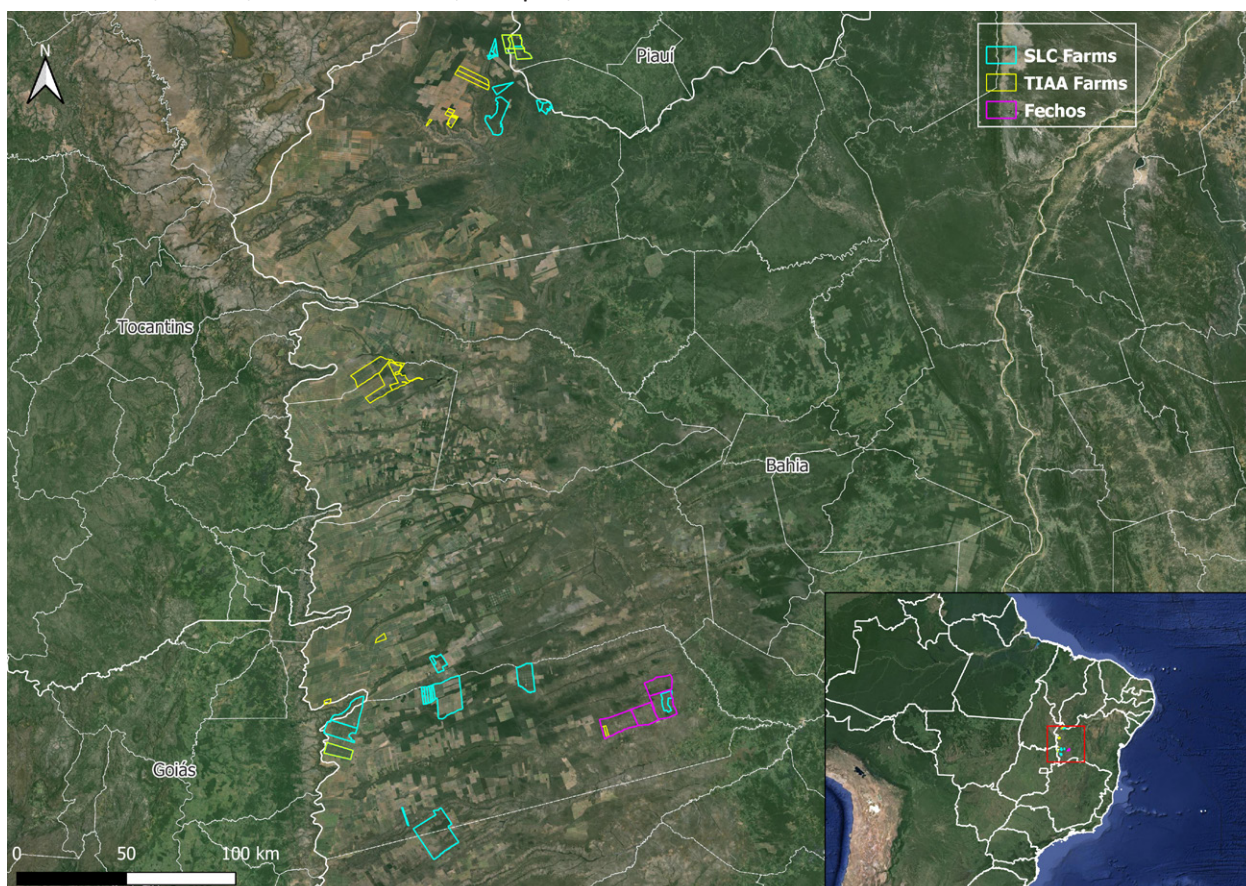
²⁹ The AgriBiz, “Oportunidade na crise: SLC sinaliza expansão de área”, de 07/03/2014. Disponível em: <https://www.theagribiz.com/empresas/oportunidade-na-crise-slc-sinaliza-expansao-de-area/>. Acesso em 28/03/2024.

³⁰ Idem.

3. A relação Radar e SLC: casos Formosa do Rio Preto e Correntina

As empresas Radar e SLC atuam de forma coordenada na região do MATOPIBA, incluindo o Oeste da Bahia, em parceria com outras empresas, como é o caso da Agrícola Xingu S.A. (Mitsui & Co).

Imagem 2: Fazendas Radar (TIAA), SLC e Comunidades de Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade; Capão do Modesto; Porcos, Guará e Pombas; e Cupim/Oeste da Bahia



3.1 Formosa do Rio Preto

Relação entre Radar e SLC e a Operação Faroeste

A investigação jornalística da Agência Pública e OCCRP³¹ sobre os negócios imobiliários da Cosan S.A. (com TIAA e Radar) no Brasil mostrou que essas empresas controlam terras em Formosa do Rio Preto. Essas terras foram adquiridas pela Radar em 2010 e estão envolvidas em um complexo litígio judicial. A investigação revelou mensagens de e-mail entre executivos da TIAA, no final de 2016, que mostravam

preocupação sobre a disputa judicial e sobre a possibilidade da divulgação das denúncias de grilagem na imprensa.

Este litígio, parte da chamada Operação Faroeste, envolve um grande esquema de grilagem, inclusive com pagamento de propina a desembargadores e juízes do Tribunal de Justiça da Bahia para obtenção de decisões favoráveis em disputas por terras. Este caso abrange uma área de mais de 800.000 hectares, incluindo a região da Coaceral (Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central) e Estrondo, em Formosa do Rio Preto. As fazendas

³¹ Ver Agência Pública, “Cosan e fundo dos EUA compraram terras de acusados de grilagem”. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/cosan-e-fundo-de-pensao-dos-eua-compraram-terras-de-acusados-de-grilagem-no-brasil/>. Acesso em 25/01/2024. Também Ver OCCRP, “Ignoring warning signs, US retirement manager TIAA bought farms from alleged land grabbers with Brazilian sugar giant”, de 01/05/2023.

adquiridas pela Radar localizam-se na Coaceral, dentro de uma área grilada³² por José Valter Dias. As terras foram compradas pela Radar de supostos proprietários que disputavam as áreas com José Valter Dias no litígio, negociadas também com este último depois de uma decisão judicial que lhe favoreceu, e foi posteriormente revertida. A investigação deste caso está em andamento.

Em resposta à reportagem, TIAA afirmou que após anos de disputa judicial pelas fazendas localizadas no município de Formosa do Rio Preto (fazendas United e Parceiros), a Radar teria vendido ambas propriedades para um fazendeiro local. Tal venda não

foi confirmada, e uma consulta realizada no Sigef em fevereiro de 2025 constatou que há oito parcelas nesta área litigiosa da Coaceral, que somam aproximadamente 10.000,00 hectares, certificadas em nome de duas empresas do grupo Radar (Radar e Tellus Bahia)³³. Alguns desses imóveis da Radar situados na área litigiosa estavam arrendados para a SLC até 2020. Atualmente não constam em seu portfólio, de acordo com informações da empresa. Além destes imóveis situados na área grilada da Coaceral, a Radar possui um imóvel arrendado para a SLC que constitui parte da chamada fazenda SLC Parceiro, localizado nos municípios de Formosa do Rio Preto/BA e Corrente/PI.



Chapada da Coaceral (foto de cima) vista desde uma comunidade brejeira que fica no vale, na localidade Brejão (foto de baixo). A comunidade é abastecida pelas águas que escoam das fazendas do agronegócio, barrentas e com indícios de contaminação por agrotóxicos. Julho de 2023³⁴.

³² Segundo investigação da PF e denúncia aceita pelo STJ. Ver Ação penal STJ Nº 940 - DF (2019/0372230-2).

³³ Este montante inclui a parcela da fazenda que se estende ao município de Corrente, no Piauí.

³⁴ Sobre contaminação por agrotóxicos em comunidades geraizeiras em Formosa do Rio Preto, ver mais no dossiê da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, “Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado”. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/429-vivendo-em-territorios-contaminados-um-dossie-sobre-agrotoxicos-nas-aguas-do-cerrado#:~:text=A%20publica%C3%A7%C3%A3o.>

Fazenda Parceiro: parceria de SLC e TIAA

A parcela da fazenda Parceiro pertencente à Radar³⁵ está localizada entre os municípios de Formosa do Rio Preto, no Oeste baiano, e de Corrente, no Piauí, e é operada pela SLC no escopo de sua estratégia “asset light”. Ou seja, buscando “monetizar seus ativos”, a SLC vendeu o imóvel³⁶ para a Radar e arrendou-a de volta para operar a produção (esse mecanismo é chamado de “sale and lease back”). A parcela de propriedade da Ra-

dar é de cerca de 6.300,00 hectares de acordo com dados do Sigef³⁷. Outra parte desta fazenda pertence à própria SLC Agrícola, outra à SLC LandCo e o restante a outros proprietários. No total, esta fazenda ocupa uma área maior do que 38.000 hectares. Para se ter uma ideia, essa área é três vezes maior do que o Fecho de Pasto do Capão do Modesto, uma área tradicional de uso comum onde vivem 40 famílias, sobre a qual a Agrícola Xingu S.A. (Mitsui & Co) averbrou a Reserva Legal de uma fazenda da *joint venture* SLC-MIT³⁸.



Fazenda SLC Parceiro, entre Formosa do Rio Preto/BA e Corrente/PI, em parte arrendada da Radar.

³⁵ Ver Nuveen, “Transparência das terras agrícolas: mapa interativo e políticas”. Disponível em: <https://www.nuveen.com/global/investment-capabilities/real-assets/farmland/map###>. Acesso em 14/03/2024.

³⁶ Ver Sigef, número de certificação da Fazenda Parceiro Lote 02: fc230874-f0d6-43b8-839e-ef9008beff4d.

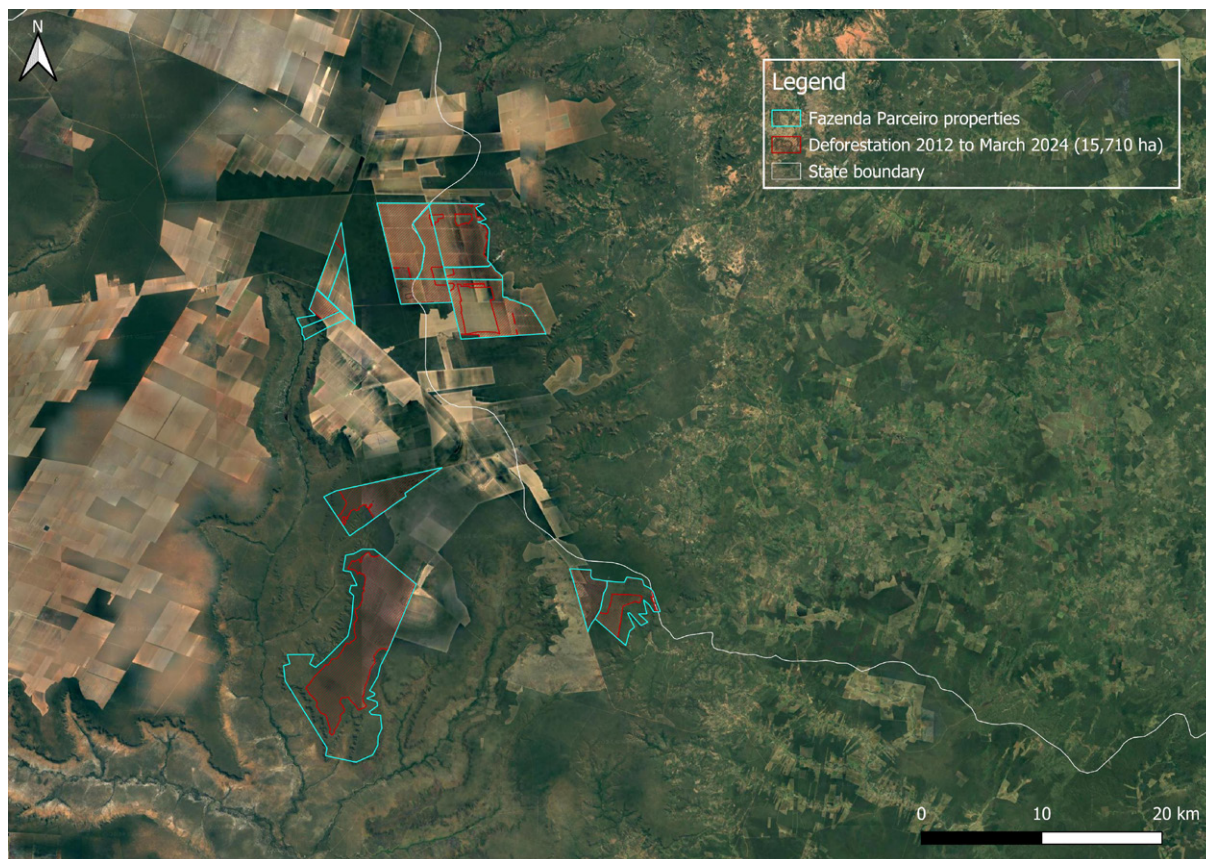
³⁷ A maior parte da SLC Parceiro que pertence à Radar encontra-se no município de Corrente, no Piauí, que faz limite com Formosa do Rio Preto, onde situa-se a outra parte da fazenda. Havia um litígio entre os dois estados que diz respeito à divisão de limites entre eles, exatamente onde está a fazenda Parceiro.

³⁸ Ver SLC, “Relatório de administração 2022”, disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/ra2022/>. Acesso em: 27/03/2024.

Em agosto de 2013, quando ainda estava registrada em nome da SLC, a averbação da reserva legal inserida na fazenda Parceiro³⁹ foi cancelada e averbada em outro imóvel, localizado no município de Barreiras do Piauí⁴⁰. Isso aconteceu alguns meses após a aprovação do Código Florestal brasileiro de 2012, que permitiu a compensação de

reserva legal em áreas não contíguas ao imóvel originário. O monitoramento do desmatamento desta área⁴¹ mostra que grande parte da fazenda Parceiro, mais de 9.000 hectares, foi desmatada entre 2012 e 2014. Outra grande parcela do desmatamento, mais de 6.000 hectares, ocorreu entre 2019 e 2020.

Imagem 3: Fazenda Parceiro - Radar, SLC e outros. Formosa do Rio Preto/BA



A compensação das reservas legais em áreas apartadas das fazendas tem incentivado a chamada “grilagem verde”, com impactos em territórios de comunidades tradicionais que preservam o Cerrado.

3.2 Correntina

Em Correntina estão presentes as empresas SLC Agrícola (junto com SLC LandCo e Mitsui & Co); Radar; as trading companies Bunge e Cargill,

entre outras. Neste município essas empresas têm expandido monocultivos de soja, milho e algodão. O município localiza-se no Oeste baiano (região também conhecida como “Além São Francisco”).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Estado incentivou monocultivos de eucalipto na região, inclusive a partir da concessão de terras (em comodato) para produção de carvão e aço. Os rios do município correm no sentido Oeste-Leste, fazendo parte da bacia do Rio São Francisco, na qual desaguam no sentido nordeste do município. As áreas a Oeste são predominantemente de chapada, mais altas e planas, e têm sido ocupadas na mesma di-

³⁹ SLC Parceiro, matrícula 10.982.

⁴⁰ Matrícula 526, folha 063 verso do livro 2-A do cartório de Barreiras do Piauí. Código SNCI 1310240037273. Certificação INCRA 241407000001-40, de 3 de julho de 2014.

⁴¹ Realizado pela AidEnvironment.

reção dos rios⁴². Para Leste, às margens dos rios, estão as comunidades de Fecho e Fundo de Pasto.

A partir dos anos 1980, com o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), a produção de soja chegou à região, seguindo a mesma direção espacial. As comunidades tradicionais do município, assim como de municípios adjacentes, passaram a enfrentar cada vez mais processos de grilagem sobre seus territórios, contaminação das águas, desmatamento do Cerrado nativo e extinção de rios. A partir dos anos 2000, com a alta dos preços da soja e com a terra agrícola negociada como ativo financeiro de interesse global, a violência do agronegócio contra comunidades rurais aumentou ainda mais.

Em 2 de novembro de 2017, aproximadamente mil pessoas de comunidades ribeirinhas se dirigiram às instalações da fazenda Igarashi, às margens do rio Arrojado (afluente do rio Corrente) e destruíram os equipamentos que bombeiam a água do rio para enormes piscinões de irrigação com pivôs centrais⁴³. O protesto, que ficou conhecido como “o levante dos ribeirinhos” foi consequência da grilagem da água pelo agronegócio, pois o rio baixava muito quando a empresa ligava suas bombas para irrigação mecanizada da soja. A empresa se apropriou da água que as comunidades utilizavam de forma coletiva, com impacto para milhares de pessoas.

Nove dias após o protesto, aproximadamente 12 mil pessoas se manifestaram na cidade de Correntina contra a apropriação das águas pelo agronegócio na região⁴⁴. O caso de Correntina é emblemático, mas em todo o país o agronegócio se apropria das fontes de água, causa poluição e impacta a vida de comunidades rurais e urbanas.

Os territórios de povos tradicionais em Correntina, como as comunidades de Fundo e

Fecho de Pasto, têm sido fragmentados com a expansão do agronegócio e a grilagem de terras restringindo a presença das comunidades aos fundos de vales e veredas. A Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR) identificou que a partir de 1980 houve abertura ilegal de matrículas de imóveis rurais, que atualmente estão sobrepostas a quatro comunidades de Fechos de Pasto: Vereda da Felicidade; Capão do Modesto; Porcos, Guará e Pombas; e Cupim.

A abertura dessas matrículas incentivou a especulação fundiária e a grilagem de terras pelo agronegócio, que também se beneficiou com empréstimos bancários e recursos públicos para a expansão de monocultivos. Os registros ilegais sobrepostos às quatro comunidades de Fechos somam mais de 98 mil hectares, com origem em quatro “fazendas fantasmas”⁴⁵. Tais registros ferem os princípios da especialidade e da continuidade, conforme previsto em lei que rege o sistema de registros de imóveis, tratando-se de áreas griladas, que na verdade pertencem ao estado da Bahia.

“Grilagem verde” do agronegócio sobre comunidades tradicionais em Correntina

Recentemente, comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto em Correntina têm enfrentado os impactos da chamada “grilagem verde” sobre suas áreas de uso comum. Ao analisar as dinâmicas de desmatamento e grilagem nos Fechos Vereda da Felicidade, Capão do Modesto, Cupim e Porcos, Guará e Pombas, a AATR mostrou que estas áreas têm sido alvo da “grilagem verde”. A “grilagem verde” significa “a apropriação ilegal de terras

⁴² Ver O Joio e o Trigo, “Da bala ao gabinete: como se grila um pedaço de terras”, de 24/10/2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/10/como-se-grila/>.

⁴³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Britto. *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA*. Bom Jesus da Lapa-BA, 2019.

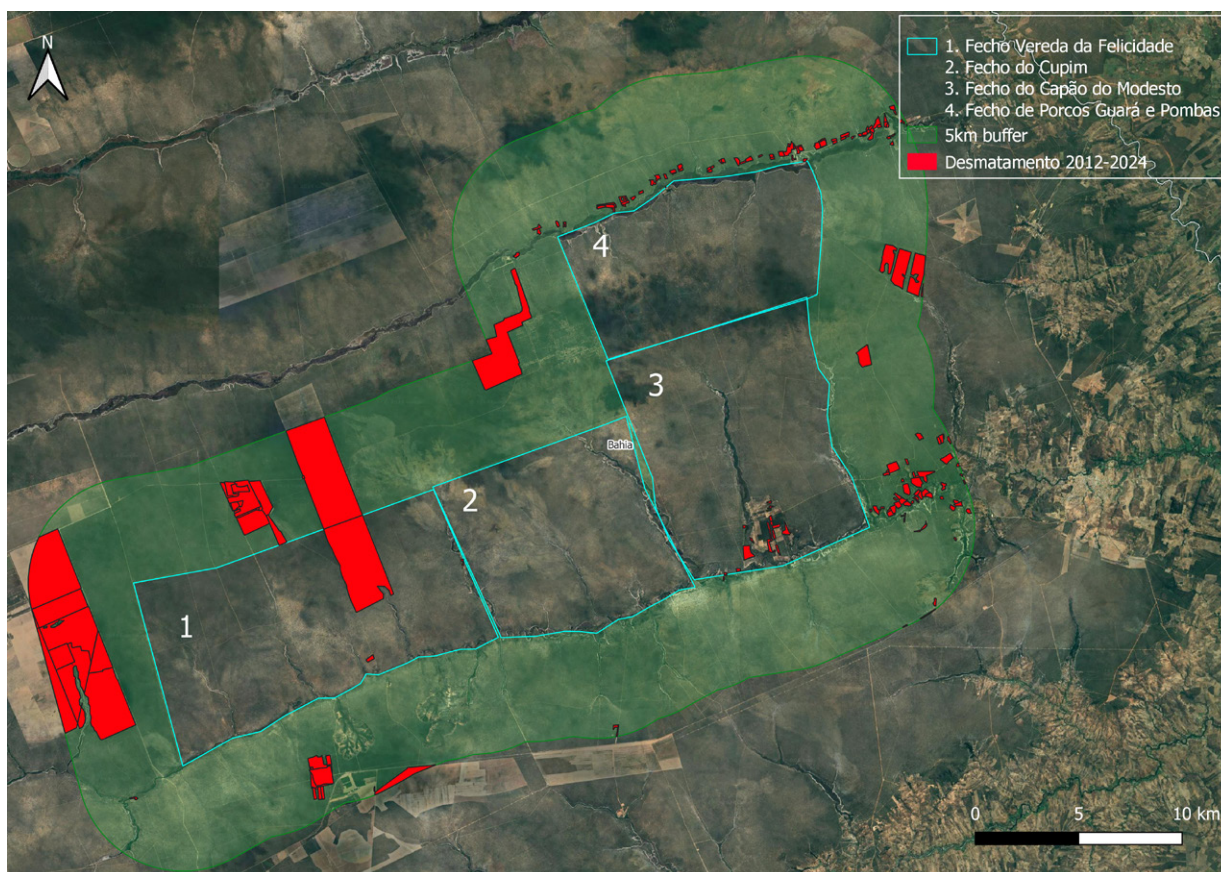
⁴⁴ Idem.

⁴⁵ AATR e CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. *Na fronteira da (i)legalidade: Desmatamento e grilagem no MATOPIBA*. Salvador, 2021, pp.159.

com vegetação nativa com objetivo específico de averbá-las como Reserva Legal de outros imóveis ou mesmo recebimento de valores de créditos de carbono, possibilidades abertas pelo Código Florestal de 2012⁴⁶. A nova lei permite a compensação de Reservas Legais em áreas descontínuas e estimula o desmatamento, em um processo de expansão da grilagem pelo agronegócio.

Em 2021 havia 1.262 registros de CAR/Cefir⁴⁷ que totalizam 390.404 hectares, dos quais 82.300 hectares foram cadastrados como Reserva Legal sobreposta ao conjunto das 40 áreas tradicionais de Fechos de Pasto na Bacia do Rio Corrente. Os Fechos mais afetados pela grilagem são Vereda da Felicidade (28.118 hectares), Capão do Modesto (11.264 hectares), Porcos, Guará e Pombas (8.744 hectares) e Cupim (8.650 hectares)⁴⁸.

Imagem 4: Comunidades selecionadas de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina/BA



No caso do Fecho da Vereda da Felicidade, a análise de documentos cartoriais realizada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do Estado que tem atribuição para promover os procedimentos discriminatórios administrativos, mostrou que as matrículas sobrepostas aos 28.118 hectares da comunidade referem-se a terras devolutas do estado da Bahia.

Dentre as sobreposições ao Fecho da Vereda da Felicidade está a fazenda Colorado, de propriedade da Radar (por meio de sua subsidiária Tellus Bahia), que possui aproximadamente 667 hectares⁴⁹ e constitui uma parcela da Reserva Legal da fazenda Grão de Ouro, também da Tellus Bahia. A matrícula da fazenda Colorado é um desmembramento da matrícula 2.918, datada de 1989, que não possui título aquisitivo e não foi devidamente

⁴⁶ AATR e Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. *Na fronteira da (i)legalidade: Desmatamento e grilagem no MATOPIBA*. Salvador, 2021.

⁴⁷ Cadastro Ambiental Rural e Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais.

⁴⁸ AATR e Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. *Na fronteira da (i)legalidade: Desmatamento e grilagem no MATOPIBA*. Salvador-BA, 2021, pp. 152 e 153.

⁴⁹ Segundo dados constantes no Sigef.

te destacada do patrimônio público⁵⁰. A Fazenda foi vendida à Radar (Tellus Bahia) em 2014 pela Agropecuária Tapera Ltda, que manteve a suposta propriedade de outra parcela⁵¹. A Grão de Ouro e a Tapera, somadas a uma área da SLC LandCo, são

arrendadas pela SLC, constituindo a fazenda SLC Panorama, de cerca de 24.600,00 hectares, com monocultivo de algodão.

A maior parte do Fecho da Vereda da Felicidade tem o Cerrado preservado. Mas em 2023 um



A fazenda Grão de Ouro, cuja Reserva Legal está sobreposta ao Fecho da Vereda da Felicidade, é da Radar (Tellus Bahia) e operada pela SLC. Julho de 2023.



Cerca demarcando o início da fazenda Colorado, Reserva Legal da Grão de Ouro, da Radar, em sobreposição com o Fecho da Vereda da Felicidade, Correntina-BA. Julho de 2023.

⁵⁰ Verificar Ação Discriminatória 8000165-77.2023.8.05.0069, TJBA, março de 2023

⁵¹ A empresa Agropecuária Tapera Ltda. é de José Volter Laurindo de Castilhos e família. Este vendeu outra fazenda à Radar em Barreiras. Para mais informações ver nota 8.

grande desmatamento de mais de 2.000 hectares ocorreu na fazenda Santa Teresa (do grupo Yamaguchi Agropecuária), o que atinge área sobreposta ao Fecho⁵².

Os registros dos imóveis sobrepostos aos Fechos Capão do Modesto⁵³ e Cupim apresentam fraudes na delimitação e remetem a uma origem cartorial que apresenta vícios insanáveis, sendo,



Fazenda Santa Teresa, responsável por desmatamento recente sobre o Fecho da Vereda da Felicidade, em Correntina-BA. Julho de 2023.



Nascente da Vereda da Felicidade, no Fecho de mesmo nome. Julho de 2023.

⁵² AidEnvironment, “Realtime Deforestation Monitoring System: Soy & Cattle in Amazon and Cerrado (Brazil)” – AidEnvironment, n. 9, January 2023.

⁵³ Ver relatório “Semeando Conflitos”, da organização Global Witness. Disponível em: https://www.globalwitness.org/documents/20217/Semeando_Conflitos.pdf. Acesso em: 27/03/2024.

portanto, inválidos. Após averbarem a reserva legal sobre o Capão do Modesto, grupos do agronegócio entraram com ação possessória contra a comunidade, buscando inverter o papel de invasores. Em maio de 2023, a Justiça Estadual de Correntina determinou o bloqueio das matrículas dos imóveis sobrepostos ao Fecho de Pasto do Capão do Modesto, diante das evidências de grilagem cartorial⁵⁴.

Um imóvel de 3.000 hectares, chamado de Fazenda Tabuleiro, está sobreposto ao Fecho do Capão do Modesto. Esta fazenda é controlada pela empresa Agrícola Xingu S.A. (Mitsui & Co) e foi averbada como reserva legal em relação a áreas operadas pela SLC/SLC-MIT. Na Bahia, duas fazendas da Agrícola Xingu S.A. têm as operações con-

troladas pela SLC, as fazendas Paladino e Paysandu, desde 2021.

Além da SLC-Radar e SLC-MIT, outras empresas do agronegócio certificaram reservas legais sobre esses Fechos. Entre estes grupos estão as famílias Morinaga, Kudiess, Bergamaschi (Luiz Carlos Bergamaschi, que é presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão -- Abapa), Faccioni, Horita⁵⁵. Este último é acusado de envolvimento em outros esquemas de grilagem no Oeste baiano, como no caso que ficou conhecido como Operação Faroeste. As empresas do agronegócio, incluindo as empresas de comercialização da soja, estão relacionadas com o desmatamento e a grilagem na região.



Entrada da fazenda da Xingu S.A. em Correntina, em sobreposição com o fecho do Capão do Modesto. Julho de 2023.

⁵⁴ Ver “Fazendas são bloqueadas por suspeita de grilagem na Bahia”, disponível em: <https://apublica.org/2023/05/justica-bloqueia-fazendas-da-elite-do-agronegocio-por-suspeita-de-grilagem-na-bahia/>; e “Justiça libera 400 mil hectares sob suspeita de grilagem após pressão ruralista na Bahia”, disponível em: <https://apublica.org/2023/11/justica-libera-400-mil-hectares-sob-suspeita-de-grilagem-apos-pressao-ruralista-na-bahia/>. Acesso em 28/03/2024.

⁵⁵ Ver mais sobre ataques ao Capão do Modesto; sobre Faccioni e sua relação com Bunge em: Repórter Brasil, “PGE aponta grilagem verde em área onde vive comunidade Capão do Modesto”. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/pge-aponta-grilagem-verde-em-area-onde-vive-comunidade-capao-do-modesto/>. Acesso em: 28/04/2024. Ver também AATR, “Nota de repúdio contra a violência que fundo e fecho de pasto do Capão do Modesto vem sofrendo”. Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/nota-de-rep%C3%BAdio-contra-a-viol%C3%Aancia-que-fundo-e-fecho-de-pasto-do-cap%C3%A3o-modesto-vem-sofrendo>. Acesso em 28/03/2024.

Empresas do agronegócio abrangidas pelo caso de grilagem da Transcrição 2280

Um caso emblemático de grilagem no Oeste baiano é o da “Transcrição 2280”, que abrange terras nos municípios de Correntina, Jaborandi e Santa Maria da Vitória. Diversas empresas possuem fazendas originadas da Transcrição 2280, como é o caso da BrasilAgro e da fazenda Igarashi, onde ocorreu o “levante dos ribeirinhos” em 2017 na região de Correntina, diante da seca causada pelo agronegócio, que se apropria de bilhões de litros de água diariamente.

A reportagem da Agência Pública “Justiça libera 400 mil hectares sob suspeita de grilagem após pressão ruralista na Bahia”⁵⁶ mostra que em julho de 2023 a comarca da Justiça Estadual em Correntina determinou o bloqueio de registros de

mais de 400 mil hectares e pelo menos 343 imóveis, incluindo grandes fazendas. Este bloqueio foi motivado pela suspeita de grilagem na Transcrição 2280. Registrada no cartório de Santa Maria da Vitória (BA), a área em questão aumentou de 2 mil para 400 mil hectares em 1980, dando origem a uma série de registros ilegais de imóveis que avançaram sobre terras públicas nos municípios de Correntina, Jaborandi e Santa Maria da Vitória. Muitas dessas áreas griladas eram de uso comum de comunidades de Fecho de Pasto. De acordo com relatório do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), “49ª Sessão em Defesa dos Territórios do Cerrado”⁵⁷, a área grilada chegaria a mais de um milhão de hectares.

Após o bloqueio de mais de 400 mil hectares, membros dos principais grupos ruralistas no estado – Associação de Agricultores e irrigantes da Bahia (Aiba) e Associação Baiana dos Produtores de Algo-

Imagem 5: Fazenda Piratini - SLC, Jaborandi/BA



⁵⁶ “Justiça libera 400 mil hectares sob suspeita de grilagem após pressão ruralista na Bahia”, disponível em: <https://apublica.org/2023/11/justica-libera-400-mil-hectares-sob-suspeita-de-grilagem-apos-pressao-ruralista-na-bahia/>.

⁵⁷ Ver relatório do “Tribunal Permanente dos Povos dos Territórios do Cerrado - Veredito do Juri”, 2021.

dão (Abapa) – reuniram-se com a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE), autora da denúncia feita em 2014 sobre este caso de grilagem. Os ruralistas também pressionaram outros representantes do Estado, como a Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA). Menos de dois meses depois, o Judiciário recuou e liberou mais de 98% das fazendas com suspeitas de grilagem. Em outubro de 2023, essa decisão judicial manteve o bloqueio de apenas 7,5 mil hectares na região. Um dos argumentos utilizados alegava que o bloqueio criava “obstáculo ao crédito dos produtores, de modo a prejudicar toda a cadeia agrícola” no Oeste baiano.

Outras fazendas inseridas na área da Transcrição 2280 possuem reservas legais averbadas sobre os Fechos de Pasto⁵⁸, configurando um processo de “grilagem verde”. Este é o caso da família Kudieess, que foi acusada pelo Ministério Público de Goiás de provocar danos ambientais e possui reserva legal averbada sobre o Fecho da Vereda da Felicidade. Outro caso documentado pela AATR é o da fazenda Tamarana, com origem na Transcrição 2280, cujo desmatamento na porção Leste

ocorreu no mesmo período da aquisição das reservas legais (entre 2001 e 2010) sobrepostas aos Fechos Capão do Modesto e Porcos, Guará e Pombas, indicando a relação entre o desmatamento e a “grilagem verde”.

Um caso semelhante ao da Transcrição 2.280 é o da Transcrição 1.111 do CRIH de Correntina, que abrange uma vasta área nos municípios da região e deu origem, entre outras, à Fazenda Piratini, atualmente controlada pela SLC Agrícola (SLC LandCo) em Jaborandi. A origem da Piratini está diretamente ligada a um processo fraudulento de retificação de área ocorrido em 1980, que ampliou indevidamente os limites da Fazenda Jatobá — imóvel do qual a Piratini foi desmembrada. Assim como no caso da 2.280, esse esquema integra um padrão recorrente de grilagem de terras no oeste baiano. Além disso, segundo a organização AidEnvironment, aproximadamente 11.000 hectares foram desmatados na área da Piratini desde 2012, após a entrada em vigor do Novo Código Florestal, aprofundando os impactos socioambientais relacionados à ocupação irregular dessas terras⁵⁹.

4. Empresas de Comercialização

O Oeste da Bahia concentra 99% da produção de soja do estado⁶⁰. As maiores empresas exportadoras de soja na região são Bunge, Cargill, Amaggi LD Zen Noh, ADM e Mitsui & Co. Bunge, Cargill e ADM controlam grande parte da comercialização de commodities agrícolas no mercado internacional e atuam nos municípios de Formosa do Rio Preto e Correntina. Outras empresas de comercialização de soja com presença nestes municípios são: Amaggi & LD e Amaggi & LD Zen Noh (atualmente

AZL Grãos, uma joint venture entre Amaggi, Louis Dreyfus Company/LDC e a subsidiária brasileira do grupo japonês Zen-Noh Grain, que atua exclusivamente na região do MATOPIBA⁶¹); a Mitsui & Co, que atualmente é parte da joint venture SLC-MIT; e a corporação Syngenta. A China foi o principal destino da soja produzida nos municípios de Formosa do Rio Preto e Correntina, seguida por países europeus⁶² (ver tabelas a seguir).

⁵⁸ Para saber mais sobre estes casos de grilagem sobre os Fechos e Fundo de pasto, ver relatório do “Tribunal Permanente dos Povos dos Territórios do Cerrado - Veredito do Juri”, 2021. Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/>. Acesso em 28/03/2024.

⁵⁹ Para mais informações sobre estes casos de grilagem, ver CORREIA, Maurício. A grilagem como método: apropriação de terras no oeste da Bahia. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

⁶⁰ SEAGRI, “Soja da Bahia confirma maior produtividade do Brasil na safra 2022/23. Produção também marca novo recorde no estado”. Disponível em: <http://seagri.ba.gov.br/noticias/2023/05/12/soja-da-bahia-confirma-maior-produtividade-do-brasil-na-safra-202223-produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28/03/2024.

⁶¹ Ver: <https://www.alzgraos.com.br/home>.

⁶² Dados da Trase referente ao ano de 2020: <https://trase.earth/>.

Tabela 5

Principais empresas exportadoras da soja produzida em Formosa do Rio Preto - 2020	
Empresa	% comercializada
Bunge	43,48
Cargill	40,76
Amaggi & LD Commodities	9,06
Fonte: Trase.	

Tabela 7

Principais países importadores da soja produzida em Formosa do Rio Preto - 2020	
País	% importada
China	28,01
França	24,18
Alemanha	17,88
Fonte: Trase.	

Tabela 6

Principais empresas exportadoras da soja produzida em Correntina - 2020	
Empresa	% comercializada
Amaggi LD Zen Noh e Amaggi LD Commodities	24,19
ADM	22,52
Mitsui & Co	21,17
Bunge	12,07
Syngenta	5,38
Cargill	4,17
Fonte: Trase.	

Tabela 8

Principais países importadores da soja produzida em Correntina - 2020	
País	% importada
China	54,70
Portugal	26,14
Espanha	5,42
Romênia	4,70
Reino Unido	3,70
Fonte: Trase.	

O relatório “Semeando Conflitos”, da organização Global Witness⁶³, revela a ligação de empresas de comercialização com violações de direitos humanos e destruição ambiental em comunidades tradicionais que resistem à expropriação de seus territórios no Oeste da Bahia. A pesquisa mostra que as empresas ADM, Bunge e Cargill estão envolvidas com grilagem de terras, intimidação e ameaças às comunidades locais. Apesar de seus

compromissos públicos com sustentabilidade ambiental e diligência em suas operações, segundo o relatório, estas empresas transnacionais estimulam violações a direitos humanos no Brasil ao negociar com produtores que buscam expulsar comunidades tradicionais de suas terras. Além disso, essas empresas não garantem que seus fornecedores respeitem os direitos humanos e fundiários de comunidades rurais, como no

⁶³ Ver relatório “Semeando Conflitos”, da organização Global Witness. Para mais informações, ver também a matéria “Crimes na moda”, em <https://www.earthrights.org.uk/crimes-na-moda>.

caso de ameaças contra comunidades ribeirinhas cometidas por grupos parceiros nesses negócios.

Segundo o relatório, a cadeia de comercialização da soja se baseia em contratos obscuros, que dificultam a transparência, a prestação de contas e a garantia de cumprimento das obrigações das empresas. Os negócios dessas empresas são descentralizados e seus detalhes só são conhecidos por gerentes em escritórios locais. Além disso, as empresas não publicam listas de fornecedores diretos e indiretos, dificultando o rastreamento da soja desde a produção até a comercialização. A dificuldade de rastreamento aumenta com a incor-

poração de grupos intermediários, como empresas de logística e atravessadores.

Apesar destas dificuldades de rastreamento, a Global Witness identificou uma série de relações comerciais de Bunge, Cargill, ADM e AZL Grãos com grupos empresariais que possuem fazendas sobrepostas às comunidades tradicionais. Estes grupos (como Agrícola Xingu, atualmente parte da SLC-MIT, com a Fazenda Tabuleiro, em Correntina; Talismã, Bergamaschi, Faccioni, Kudiess e outros) promovem ofensivas jurídicas e violações de direitos humanos contra as comunidades tradicionais em Correntina.



Silos da Bunge e Cargill, lado a lado, na região do Coaceral, em Formosa do Rio Preto.

O Oeste da Bahia tem sido alvo da expansão de monocultivos de soja, milho e algodão. O Brasil é atualmente o segundo maior exportador de algodão do mundo e a Bahia é o segundo maior estado produtor, principalmente em Correntina⁶⁴. Na safra 2019/2020, a empresa SLC produziu 11% do total do algodão exportado pelo Brasil⁶⁵. Uma

das fazendas onde a SLC produz algodão na Bahia é a Panorama, que inclui a fazenda Grão de Ouro, da Radar (Tellus Bahia), que possui a Reserva Legal sobre o Fecho da Vereda da Felicidade. A imagem abaixo ilustra a produção de algodão na fazenda Panorama, em Correntina.



Algodão rasteiro na Fazenda Panorama (Grão de Ouro) da SLC - Radar. Julho de 2023.

A pesquisa demonstra que alianças entre empresas nacionais e estrangeiras do agronegócio com imobiliárias rurais (como os fundos internacionais TIAA, Harvard e Valiance) fomentam a expansão de monocultivos de commodities no Oeste da Bahia. Essa expansão atinge áreas de proteção ambiental e de posse das comunidades tradicionais. O avanço do agronegócio causa desmata-

mento, grilagem de terras e poluição das fontes de água no Cerrado. Outros impactos são a seca⁶⁶, envenenamento por agrotóxicos e violência contra comunidades, com presença de milícias armadas⁶⁷. Toda a cadeia produtiva articulada por meio de mecanismos financeiros se beneficia deste processo, incluindo os graves impactos para o meio ambiente e para a sociedade.

⁶⁴ Dados da Trase. Disponível em: <https://trase.earth/>. Acesso em 02/04/2024.

⁶⁵ Ver SLC Agrícola – Algodão em <https://www.slcagricola.com.br/produtos/algodao/>. Acesso em 28/03/2024.

⁶⁶ Sobre a seca dos rios, ver: <https://cptba.org.br/a-morte-das-aguas-no-oeste-da-bahia/>.

⁶⁷ Sobre milícias armadas no oeste da Bahia, ver mais sobre Operação Terra Justa em: mpba.mp.br/noticia/76988; e mpba.mp.br/noticia/79008

5. Impactos do agronegócio

A expansão do agronegócio no Cerrado está associada à especulação com terras agrícolas, fomentada pela atuação de empresas financeiras transnacionais e empresas de comercialização, articuladas aos grileiros locais. O avanço do agronegócio atinge comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiras e Brejeiras. Essas comunidades têm sido expulsas de suas áreas de uso comum e denunciam a violência de fazendeiros que buscam grilar suas terras. A apropriação das terras pelo agronegócio está relacionada ao desmatamento, à contaminação por agrotóxicos, a ameaças e ataques contra as comunidades, inclusive por meio de milícias armadas. Apesar destes impactos, o Estado concede outorga de milhares de metros cúbicos diários de água para fazendas do agronegócio. A morosidade do Estado em proteger os territórios das comunidades tradicionais contribui para a destruição ambiental e as violações de direitos humanos.

Relatos de comunidades durante a pesquisa de campo em Formosa do Rio Preto e Correntina revelam os impactos do agronegócio em suas vidas e em seus territórios.

Elisete⁶⁸, moradora de uma comunidade brejeira na localidade Brejão, nas terras baixas ao sul da Chapada do Coaceral, em Formosa do Rio Preto, relata sofrer com os impactos das fazendas do agronegócio na chapada. Essas fazendas se apropriam das fontes de água para irrigação com pivôs centrais e perfuração de poços, causando diminuição da vazão do rio Sapão, que abastece a comunidade. Outros rios na região, que antes tinham água mesmo durante o verão, época de poucas chuvas, hoje sofrem com a seca por causa do agronegócio. Além disso, os agrotóxicos usados nos monocultivos contaminam os rios, as plantas e os alimentos cultivados nas comunidades.

Elisete e sua mãe fazem artesanato com buriti e capim dourado. Ela relata que parte do brejo na comunidade agora seca e isso altera a vida de sua família porque o manejo de espécies brejeiras é muito importante para a produção de alimentos e de artesanato na comunidade. Ela conta que houve um grande desmatamento na borda da chapada em 2022. Depois disso, uma enxurrada de barro cobriu parte das comunidades abaixo da serra, cercas e áreas de vegetação rasteira, que não cresceu mais. Em 2023, a irrigação da soja em uma fazenda na Coaceral deixou os rios Sapão e Sassafrás completamente turvos⁶⁹.

A mãe de Elisete, seu avô e outros familiares sempre viveram naquela terra. Atualmente, a comunidade sofre ameaças de grileiros e empresas do agronegócio que tentam usar a área como reserva legal. Ela conta que já enfrentou grileiros e “botou eles pra correr”, mas sente medo porque mais de uma vez “apareceram caras armados dizendo que a terra era deles, que eles tinham comprado”.

Moradores da comunidade geraizeira Mato Grosso, em Formosa, relatam os mesmos tipos de problemas causados pelo agronegócio: seca e diminuição da vazão dos rios, contaminação das águas que abastecem a comunidade e ameaças por parte de grileiros. As comunidades Mato Grosso e São Marcelo, na mesma região, são atingidas pela grilagem da empresa Canabrava Agropecuária Ltda, cuja fazenda Santa Maria foi mapeada no Livro Branco da Grilagem, do Incra (1999), com 139 mil hectares grilados. Uma moradora desta comunidade contou que a chapada, usada de forma comum para pastoreio e coleta, foi invadida pela soja do agronegócio. As comunidades estão em uma área bem menor, próxima às veredas, que também se tornaram alvo de grilagem para averbação de reserva legal de diversas fazendas. A empresa Canabrava⁷⁰ tem sido

⁶⁸ Nome fictício em razão do contexto de violência e ameaças contra moradores das comunidades locais.

⁶⁹ Ver Portal do Cerrado, disponível em <https://portaldocerrado.com/rompimento-em-tubulacao-de-irrigacao-em-fazenda-causou-turbidez-do-rio-preto/>. Acesso em 28/03/2024.

⁷⁰ Ver mais em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/empresa-instala-guarita-e-impede-camponeses-de-acessarem-seu-territorio-tradicional/>.

acusada de promover violência contra as comunidades, inclusive com a contratação de pistoleiros que tentam expulsar as famílias de suas terras. Ana⁷¹, moradora do local, diz que por estarem sem acesso

aos chapadões, algumas famílias estão passando necessidade. Segundo ela, “as comunidades estavam sendo encurraladas, mas agora nem estão mais sendo encurraladas, estão sendo expulsas de vez”.



As veredas fazem parte de territórios habitados tradicionalmente por comunidades rurais do Oeste da Bahia e têm sido alvo crescente de grilagem para averbação de Reservas Legais.

Iremar Barbosa, morador de Correntina, também explicou como o agronegócio impacta o modo de vida tradicional das comunidades, com a perda das áreas de chapada.

“Os Gerais do oeste da Bahia são chapadões centrais. O que se chama Cerrado para nós são Gerais, que sempre foram espaços de liberdade e de economia comunal. O município de Correntina tinha mais de 150 mil cabeças de gado. Esse número foi reduzido para 30 mil porque as comuni-

dades perderam esse território por causa do agronegócio e dos grileiros. Perderam a produção de pequi, de buriti, de caju. Aqui era riquíssimo em animais nativos do Cerrado: cutia, tatu das mais variadas espécies, paca, anta, veado cervo que a gente passava e via manadas, ema, porco do mato, capivara. Onça, muitas espécies. Tudo isso sumiu daqui da região.”

⁷¹ Nome fictício.

“Grilagem verde” em territórios de comunidades tradicionais

Os territórios de povos e comunidades tradicionais no Oeste da Bahia têm sido alvo de grilagens com a expansão dos monocultivos do agronegócio sobre áreas de uso comum nas chapadas. Os territórios de Fundo e Fecho de Pasto, das comunidades geraizeiras e brejeiras estão mais restritos aos baixões e veredas. A promulgação do Código Florestal em 2012 ampliou o interesse de grileiros por estas áreas, que passaram a ser alvo da chamada “grilagem verde” justamente porque o Cerrado foi preservado pelas comunidades. As comunidades também enfrentam a morosidade do Estado no processo de titulação coletiva de seus territórios, o que facilita a ação de grileiros que utilizam instrumentos como os cadastros em sistemas oficiais do Incra e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para consolidar as grilagens.

A mudança no Código Florestal possibilitou que a reserva legal de um imóvel seja estabeleci-

da em uma área distante, não contígua ao imóvel. Dessa forma, muitos territórios de comunidades tradicionais são grilados para legitimar acesso a créditos, negócios imobiliários e licenças ambientais do agronegócio.

Em Correntina, as parcerias entre SLC e Radar; e SLC e Mitsui & Co (Xingu S.A.) possuem reservas legais averbadas sobre os Fechos Vereda da Felicidade e Capão do Modesto (Fazendas Colorado e Tabuleiro, respectivamente), implicando-as no processo de “grilagem verde”.

Desmatamento

O desmatamento que acompanha a grilagem de terras no Cerrado baiano segue avançando com a expansão do agronegócio. Por exemplo, o desmatamento na bacia do rio Corrente entre 2001 e 2020 foi maior do que toda a vegetação derrubada até o ano 2000⁷². O desmatamento mais extensivo tem ocorrido sobre as chapadas para expandir monocultivos de commodities.



Queimada sobre a nascente do rio no Fecho Porcos, Guará e Pombas. Julho de 2013.

⁷² AATR e Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. *Na fronteira da (i)legalidade: Desmatamento e grilagem no MATOPIBA*. Salvador, 2021.

Em 2023, a área de destruição de vegetação nativa no Cerrado (PRODES), divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE⁷³), foi de 11.011,70 km², o que representa um aumento de 3,02% em relação a 2022. Entre os 11 estados por onde se distribui o Cerrado, justamente os quatro que formam o MATOPIBA (Maranhão, Bahia, Piauí

e Tocantins) registraram 75% do desmatamento⁷⁴. No mesmo período, o estado da Bahia destruiu 1.971,71 km² de vegetação nativa, um acréscimo de 38% em relação ao ano anterior e o maior crescimento no país. O próprio Estado fomenta ou é conivente com os desmatamentos, já que parte destes foi feita com suas autorizações⁷⁵, sem preocupação com os impactos socioambientais.

Tabela 9

Incremento de desmatamento acumulado por ano (km²) na Bahia, Correntina e Formosa do Rio Preto			
Ano	Bahia	Correntina	Formosa do Rio Preto
2001	1.207,60 km ²	163,45 km ²	239,75 km ²
2002	1.207,60 km ²	163,45 km ²	239,75 km ²
2003	2.035,97 km ²	341,92 km ²	664,32 km ²
2004	2.035,97 km ²	341,92 km ²	664,32 km ²
2005	1.235,81 km ²	117,33 km ²	273,79 km ²
2006	1.235,81 km ²	117,33 km ²	273,79 km ²
2007	1.474,18 km ²	212,68 km ²	272,63 km ²
2008	1.474,18 km ²	212,68 km ²	272,63 km ²
2009	891,00 km ²	80,93 km ²	192,80 km ²
2010	891,00 km ²	80,93 km ²	192,80 km ²
2011	1.281,93 km ²	141,79 km ²	282,95 km ²
2012	1.281,93 km ²	141,79 km ²	282,95 km ²
2013	1.048,51 km ²	79,16 km ²	153,36 km ²
2014	860,22 km ²	81,29 km ²	179,72 km ²
2015	1.080,75 km ²	91,25 km ²	146,22 km ²
2016	649,35 km ²	84,58 km ²	79,79 km ²
2017	658,71 km ²	98,07 km ²	75,14 km ²
2018	598,17 km ²	60,67 km ²	76,97 km ²
2019	714,89 km ²	119,09 km ²	212,76 km ²
2020	769,31 km ²	40,03 km ²	178,26 km ²
2021	923,96 km ²	76,17 km ²	158,00 km ²
2022	1.427,89 km ²	122,80 km ²	324,28 km ²
2023	1.971,68 km ²	208,94 km ²	128,16 km ²
Fonte: Terra Brasilis/INPE.			

⁷³ Ver INPE, “Divulgação dos dados PRODES Cerrado 2023”, de 28 novembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/a-area-de-vegetacao-nativa-suprimida-no-bio-ma-cerrado-no-ano-de-2023-foi-de-11-011-70-km2#:~:text=O%20Instituto%20Nacional%20de%20Pesquisas%20Espaciais%20%28INPE%29%2C%20Unidade,de%20agosto%20de%202022%20a%20julho%20de%202023.Acesso em: 28/03/2024.>

⁷⁴ Ver Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, “Desmatamento no Cerrado tem aumento de 3% no último ano”. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/desmatamento-no-cerrado-tem-aumento-de-3-no-ultimo-ano.Acesso em 28/03/2024.>

⁷⁵ Ver O Eco, “Descontrole na gestão do desmatamento legal no MATOPIBA coloca Cerrado em risco”, de 14 de março de 2024. Disponível em <https://oeco.org.br/reportagens/descontrole-na-gestao-do-desmatamento-legal-no-matopiba-coloca-cerrado-em-risco/>. Acesso 28/03/2024. E também IMATERRA, “Desmatamento autorizado e apropriação da água no oeste baiano: a destruição do Cerrado e seus povos”. Imaterra, Salvador / Bahia, dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.imaterra.org/file-share/a9474127-8707-4354-9ebc-02fc9848f51b.Acesso em: 28/03/2024. Sobre corrupção no setor de licenciamentos, ASVs e outorgas no Inema, ver: https://www.mpba.mp.br/noticia/73600.Acesso em 01/12/2024.>

Apropriação das águas do Oeste Baiano pelo agronegócio

No Oeste da Bahia, as grilagens de terra também estão relacionadas à apropriação da água. As chapadas, onde grandes dimensões de terra têm sido griladas pelo agronegócio, são as principais áreas de recarga do aquífero Urucuia, um dos maiores do país⁷⁶. Enquanto muitas comunidades perdem o acesso a fontes de água que eram de uso comum, o estado da Bahia tem concedido autorizações de desmatamento e outorgas para captação de água para o agronegócio⁷⁷. Esses monocultivos se apropriam de imensas quantidades de água, com a instalação de pivôs centrais e “piscinões” para irrigação. Isto agrava a seca de rios, leva ao desaparecimento e à “migração” de nascentes, contamina as águas com agrotóxicos e leva à escassez de peixes e da fauna em geral.

A reportagem da Agência Pública “Os privilegiados com a água do Cerrado baiano”⁷⁸ mostra que o agronegócio tem avançado sobre as águas usadas por comunidades ribeirinhas e camponesas. Bilhões de litros de água são captados gratuitamente por dia pelo agronegócio. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) do estado da Bahia concedeu 1,8 bilhão de litros de água por dia em outorgas hídricas para diretores e conselheiros da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), e para familiares e empresas ligadas a estas associações⁷⁹. Este volume de água seria suficiente para abastecer diariamente cerca de 11,8 milhões de pessoas. De acordo com a reportagem, a captação da água, tanto por dragas de superfície dos rios como por poços que captam do aquífero Urucuia, ocorre sem fisca-

lização do Estado. Em decorrência da intensa captação nos últimos anos, milhares de quilômetros cúbicos de água do aquífero secaram. Além disso, fazendeiros têm solicitado outorgas para fins de especulação imobiliária, já que ter a “posse” do uso da água, ainda que a captação não seja feita, promove a valorização da terra.

Uma das outorgas investigadas na reportagem foi concedida a Paulo Schmidt, que obteve autorização para captar 33,4 milhões de litros de água para irrigação na fazenda Rio de Janeiro, em Barreiras. Cerca de 10 mil hectares da fazenda Rio de Janeiro são arrendados pela família Schmidt de uma empresa subsidiária da Radar⁸⁰. Paulo Schmidt é vice-presidente da Abapa e dono da Schmidt Agrícola junto com seus irmãos Tobias, David (presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras) e Moisés Schmidt (vice-presidente da Aiba).

A empresa SLC Agrícola, uma das maiores controladoras de terra do Oeste baiano e que também compõe a diretoria da Aiba, recebeu outorga de 145,5 milhões de litros de água por dia. Outras empresas do agronegócio que receberam outorgas na região foram Mitsui & Co e sua parceira SLC-MIT, com outorgas que chegam a 220 milhões de litros de água por dia. Este volume de água seria suficiente para abastecer dois milhões de pessoas todos os dias. A fazenda da Agrícola Xingu S.A. operada pela SLC em Correntina possui reserva legal averbada sobre o Fecho de Pasto do Capão do Modesto. Luiz Carlos Bergamaschi, presidente da Abapa e conselheiro da Aiba, obteve outorga para captar 44,7 milhões de litros de água por dia em quatro fazendas localizadas em Correntina, uma delas com Reserva Legal também sobreposta ao fecho do Capão do Modesto.

⁷⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Britto. *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA*.

⁷⁷ Ver mais em “Na fronteira da (i)legalidade”, AATR e Campanha Nacional em defesa do Cerrado, pp. 132.

⁷⁸ Agência Pública, “Os privilegiados com a água do Cerrado baiano”, de 08/12/2021. Disponível em: https://apublica.org/2021/12/os-privilegiados-com-a-agua-do-cerrado-baiano/?goal=0_069298921c-64a074b7b5-288596205&mc_cid=64a074b7b5&mc_eid=2226e4087d. Acesso em 25/02/2024.

⁷⁹ Levantamento feito pelos jornalistas com base em portarias publicadas de janeiro de 2018 a novembro de 2021.

⁸⁰ Ver Nuveen, “Transparência das terras agrícolas: mapa interativo e políticas”. Disponível em: <https://www.nuveen.com/global/investment-capabilities/real-assets/farmland/map##>. Acesso em 14/03/2024.



Afluentes do Rio Preto completamente seco, em Formosa. Julho de 2023.

Contaminação por agrotóxicos

Moradores de comunidades rurais de Correntina e Formosa do Rio Preto denunciaram a contaminação por agrotóxicos. A intensa pulverização aérea e terrestre atinge a produção de alimentos das comunidades, contamina as fontes de água, os solos e os animais, e provoca problemas de saúde nas pessoas, que são agravados nos períodos de aplicação. O veneno pulverizado nos monocultivos das fazendas sobre as chapadas contamina as fontes de água que abastecem as comunidades situadas nos baixões.

A publicação “Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado”⁸¹ (2023), elaborado pela Fiocruz,

Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e diversas organizações parceiras, investigou a contaminação das águas por agrotóxicos no Cerrado. A análise toxicológica de amostras de água do rio que abastece comunidades tradicionais geraizeiras em Formosa do Rio Preto apresentou atrazina, 2,4-D e glifosato. Embora o uso dessas substâncias seja permitido na soja no Brasil, a atrazina foi banida na União Europeia, e o 2,4-D e o glifosato são autorizados em quantidades muito menores às detectadas no estudo. Estas substâncias são altamente tóxicas para o ambiente e para a saúde da população. A contaminação das fontes de água no Cerrado tem enormes impactos, pois o bioma abriga nascentes que alimentam bacias hidrográficas em diversas regiões do país.

⁸¹ Ver o dossiê da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, “Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado”. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/429-vivendo-em-territorios-contaminados-um-dossie-sobre-agrotoxicos-nas-aguas-do-cerrado#:~:text=A%20publica%C3%A7%C3%A3o.>

Violência contra comunidades tradicionais

A expansão do agronegócio no Oeste baiano se dá sobre territórios de comunidades rurais. O agronegócio avança sobre as terras das comunidades através de intimidações, fraudes e inconsistências cartoriais para consolidar a grilagem. Essa violência inclui tentativas de homicídio, ameaças, destruição de cercas e ranchos, e fechamento de estradas. Frequentemente são contratadas empresas de segurança privada que atuam como mi-

lícias armadas. Por exemplo, a empresa “Estrela Guia” atua em diversos municípios do MATOPIBA, inclusive em Correntina e Formosa do Rio Preto, e tem entre seus clientes⁸² a Cargill, o Condomínio Cachoeira do Estrondo (envolvido em casos de pistolagem contra comunidades tradicionais em Formosa do Rio Preto)⁸³, e a Bergamaschi Agro de Luiz Carlos Bergamaschi, presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), acusado de intimidações contra a comunidade do Ca-pão do Modesto⁸⁴.



Rancho do Fecho do Cupim, queimado por pistoleiros ligados às milícias, Correntina-BA. Julho de 2023.

⁸² Ver <https://estrelaguiaseguranca.seg.br/>. Acesso em 05/03/2024. Ver também a reportagem “Da bala ao gabinete: como se grila um pedaço de terra”, de O Joio e o Trigo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/10/como-se-grila/>. Acesso em 05/03/2024.

⁸³ Ver Agência Pública, “A megafazenda que ameaça descendentes de Canudos equivale a duas São Paulo”. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/a-megafazenda-que-ameaca-descendentes-de-canudos-equivale-a-duas-sao-paulo/>. Acesso em 05/03/2024.

⁸⁴ Ver De Olho nos Ruralistas. “Líder de produtores de algodão na BA comanda ameaça a comunidades do Cerrado”. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/25/lider-de-produtores-de-algodao-na-ba-comanda-ameaca-a-comunidades-do-cerrado/>. Acesso em 05/03/2024. Muitas dessas empresas também contrataram a empresa do sargento da reserva bastante conhecido e temido na região, “Cabo Erlani”. O relatório “Semeando Conflitos”, da Global Witness, aponta que, de 1995 a 2018, Erlani foi réu em pelo menos seis processos judiciais na Bahia, acusado de diversos crimes, incluindo crimes contra a paz pública (formação de quadrilha ou bando), quando tinha sua própria empresa de segurança privada.

Outra entrevista sobre grilagem de terras com um morador de uma comunidade em Correntina, explica o papel das milícias armadas e de empresas que chegam nas comunidades com documentos falsos, alegando possuir a área e sugerindo a saída das comunidades, que resistem:

“O pessoal da comunidade não aceita porque sempre tiveram um modo de vida que é o de criar animais e soltar em duas épocas específicas do ano. E os empresários querem aquela área para reserva legal, mas a gente sabe que daqui a uns dias eles passam o trator, como já estão passando. E depois jogam essa reserva legal em Muquém do São Francisco, no município da Barra, e sei lá onde eles quiserem jogar. Então acabam com a paz e com a estratégia de sobrevivência econômica das comunidades, interferem no ritmo cultural e na forma de vida das pessoas. No caso do Capão do Modesto e do Cupim, por exemplo, as pessoas de lá todo dia veem um pistoleiro circulando com arma e ameaçando. As pessoas estão se arriscando por ter nasci-

do no Capão do Modesto, por ter o pai nascido lá, por ter o avô ter nascido lá. Enfim, a situação é essa”.

A reportagem “Fazendas são bloqueadas por suspeita de grilagem na Bahia”, da Agência Pública com base em uma denúncia da PGE, mostra o envolvimento da empresa Estrela Guia com Dino Rômulo Faccioni e com a Agropecuária Talismã Ltda. em casos de violência e intimidações contra comunidades do Capão do Modesto. Outros casos de violência por parte de fazendeiros contra os Fechos do Cupim⁸⁵, Vereda da Felicidade, Porcos, Guará e Pombas, Cabresto, entre outros, foram denunciados⁸⁶.

Nossas entrevistas com moradores em Correntina e Formosa do Rio Preto confirmam que as comunidades são impedidas de usar as áreas comuns dos Gerais para pastoreio do gado e extrativismo. Mas as comunidades resistem, se organizam em seus territórios e lutam por seus direitos. Um morador explica a resistência: “Essas comunidades não saíram porque se forem expulsas o endereço delas vai ser a favela ou então debaixo da ponte. Então, elas lutam aqui no território”.

⁸⁵ Recentemente, em março de 2024, fecheiros do Cupim foram novamente intimidados por seguranças da fazenda Bandeirantes: Jornal de Correntina, “Grilagem de Terra: um crime recorrente no oeste da Bahia”. Disponível em: <https://jornalde-correntina.com.br/grilagem-de-terra-fecheiros-detiveram-quatro-vigilante-armados-da-fazenda-bandeirantes-pelo-crime-de-ameaca/>. Acesso em 28/03/2024.

⁸⁶ Além das matérias supracitadas, ver, por exemplo, “Pistoleiros abrem fogo contra fecheiros e ferem três”. Disponível em: <https://meussertoes.com.br/2023/04/11/pistoleiros-abrem-fogo-contra-fecheiros-e-ferem-tres/>; “Fazendas são bloqueadas por suspeita de grilagem na Bahia”, disponível em: <https://apublica.org/2023/05/justica-bloqueia-fazendas-da-elite-do-agronegocio-por-suspeita-de-grilagem-na-bahia/>; “Sobrevivente de emboscada se protege com colete à prova de balas: ‘estou sozinho aqui’”, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/sobrevivente-de-emboscada-se-protege-com-colete-a-prova-de-balas-estou-sozinho-aqui/>; e “Bahia: Pistoleiros presos em flagrante com envolvimento em grilagem verde são soltos em 24 horas”, disponível em <https://oeco.org.br/noticias/bahia-pistoleiros-presos-em-flagrante-com-envolvimento-em-grilagem-verde-sao-soltos-em-24-horas/>. Acesso em 28/03/2024.

6. Conclusão

Este relatório apresenta os impactos da expansão do agronegócio no Oeste da Bahia a partir da investigação sobre o papel de empresas financeirizadas de produção e de comercialização de commodities e imobiliárias rurais. A especulação com terras e commodities agrícolas inclui alianças entre grileiros locais e empresas transnacionais que expandem seu controle territorial no Brasil. Este processo coloca em risco comunidades rurais que garantem a preservação do território e da biodiversidade.

A região de Cerrado do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) tem sido alvo de especulação imobiliária agrícola e da expansão do agronegócio, que conta com políticas de incentivos fiscais e de créditos subsidiados pelo Estado para financiar a produção de commodities. A expansão da chamada “fronteira agrícola” pelo agronegócio gera enorme destruição ambiental, extinguindo a fauna e a biodiversidade. Essa devastação causa mudanças no regime de chuvas, afeta as nascentes de rios e fontes de água subterrânea. O desmatamento do Cerrado acelera catástrofes climáticas, afetando também o nível de produtividade da agricultura.

A expansão do agronegócio causa expulsão de comunidades rurais de suas terras e substituição da produção de alimentos por monocultivos de commodities agrícolas. Os efeitos destas políticas não são somente locais ou isolados, pois o sistema agrícola com base em monocultivos extensivos, dependente de insumos químicos e de grande

quantidade de água, constitui um dos principais fatores que causam mudanças climáticas.

O uso de agrotóxicos pelas empresas do agronegócio causa graves impactos socioambientais. Os agrotóxicos são muitas vezes despejados de aviões, o que contamina os rios e o lençol freático, mata peixes e roças das comunidades rurais, além da contaminação de alimentos e do aumento da incidência de doenças como câncer.

O caráter extensivo do agronegócio se mantém através da aliança entre empresas transnacionais e a oligarquia latifundiária. A expansão territorial de monocultivos é estimulada por agentes financeiros internacionais que se associam ao agronegócio no Brasil. Não há contradição entre os interesses das empresas financeiras internacionais e da oligarquia local. Pelo contrário, o conhecido mecanismo de grilagem de terras é utilizado em “novas” fronteiras agrícolas e facilita a atuação de agentes transnacionais no mercado local de terras.

Este processo intensifica a expulsão de comunidades rurais de seus territórios, a migração para centros urbanos, a exploração do trabalho e a violência contra povos indígenas, quilombolas e camponeses. O papel da produção agrícola para o mercado local, da agroecologia e da pequena agricultura diversificada é comumente subestimado nos dados econômicos oficiais, apesar de garantir o sustento da maioria da população com alimentos saudáveis. É preciso garantir o direito à terra de comunidades rurais e promover políticas de incentivo à agroecologia e à soberania alimentar.



aidenvironment

